PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/2026 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO N° 124/2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 124/2026.
EDITAL Nº 090/2026.

1. DO PREÂMBULO:

O **MUNICÍPIO DE CASSILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, através da sua Secretaria Municipal de Administração, TORNA PÚBLICO aos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de **PREGÃO, na forma eletrônica**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme especificações no formulário padronizado de proposta (Anexo II), em conformidade com os preceitos da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 8.838/2023. Decreto Municipal nº 8.869/2023, Lei Complementar n° 123/06, Lei 8.078/1990, todas com alterações posteriores, pelas demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente, e demais exigências deste Edital.

Este edital está disponível aos interessados no Portal da Transparência, Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e ainda disponibilizado no portal da Bolsa de Licitações & Leilões do Brasil (BLL), plataforma onde será realizado o processo de licitação deste pregão eletrônico.

MODO DE DISPUTA:	**ABERTO/FECHADO**
TIPO:	**MENOR PREÇO – POR ITEM**
PRAZO DE PREENCHIMENTO DAS PROPOSTAS:	**DAS 12H00 DO DIA 26/10/2026.**
	ATÉ ÀS 08H59 DO DIA 12/11/2026.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:	**09H00 DO DIA 12/11/2026.**
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS	**ÀS 09H10MIN DO DIA 12/11/2026**
LOCAL:	**www.bll.org.br. "Acesso Identificado".**
ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS:	**Exclusivamente na forma eletrônica, através do portal de licitações da Bolsa de Licitações & Leilões do Brasil - BLL.**
REFERÊNCIA DE TEMPO:	**HORÁRIO DE BRASÍLIA (DF).**

2. DO OBJETO:

2.1. O objeto desta licitação é o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL A CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICA, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL E URBANA, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS E DESCARTE DE RESÍDUOS**, incluindo o transporte e o descarte dos resíduos oriundos deste serviço em atendimento a solicitação dos órgãos desta administração, durante o período estimado de 12 (doze) meses, conforme condições, descrições e especificações técnicas contidas no Edital e seus anexos.

2.2. A contratação será de acordo com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência - Anexo I, deste Edital.

2.3. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata ou Termo de Registro de Preços, na forma do Anexo III e nas condições previstas neste Edital.

2.4. As quantidades constantes do Anexo II são estimativas de consumo anual.

3. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL:

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

3.1. O Pregão, na forma eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET,** mediante condições de segurança - criptografia - em todas as suas fases através do **Sistema de Pregão, na forma eletrônica da Bolsa de licitações e Leilões do Brasil**.

3.2. A participação no **Pregão, na forma eletrônica** se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos.

3.3. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

3.4. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida junto ao provedor do sistema adotado pelo comprador no telefone: **(41) 3097-4600** da Bolsa de Licitações e Leilões ou pelo e-mail: **contato@bll.org.br.**

3.5. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão cadastrar operador devidamente credenciado junto ao sistema, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema de compras.

3.6. A participação do licitante resulta no pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

3.7. O cadastramento do licitante deverá ser realizado conforme informações no Anexo IV do edital.

3.8. O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do licitante vencedor do certame, que pagará a BLL conforme informado no Anexo 4 - Regulamento Operacional da Bolsa de Licitações e Leilões, que pode ser verificado no site www.bll.org.br - link DOCUMENTOS, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação.

3.9. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

3.10. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão, na forma eletrônica, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do provedor do sistema.

3.11. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.12. Os trabalhos serão conduzidos por Empregado Efetivo Municipal, denominado Agente de Contratação (a), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações" constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, com o auxílio da equipe

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

a) Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
b) Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
c) Abrir as propostas de preços;
d) Analisar a aceitabilidade das propostas;
e) Desclassificar propostas indicando os motivos;
f) Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor valor;
g) Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
h) Declarar o vencedor;
i) Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
j) Elaborar a ata da sessão;
k) Encaminhar o processo à autoridade competente para homologar e autorizar a contratação;
l) Abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

3.13. A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação de declaração fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, informar o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

4. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

4.1 Poderão participar deste Pregão Eletrônico **todas empresas,** que atenderem a todas as exigências de habilitação contidas neste edital e seus anexos, pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado, e que, obrigatoriamente, apresentarem toda a documentação exigida para respectivo cadastramento junto à Bolsa de Licitações do Brasil – BLL.

4.1.2 Poderão participar deste Pregão, na forma eletrônica as empresas que estejam cadastradas junto à Bolsa de licitações e Leilões do Brasil.

4.2.3 Que não estejam cumprindo as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2.4 O proponente precisa estar ciente de todos os documentos de habilitação exigidos, bem como precisa ter ciência das informações e obrigações decorrentes desta licitação.

4.3 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

4.3.3 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual - MEI.

4.4 É vedada a participação de empresas que:

4.4.3 Aquele que não atende às condições deste Edital e seu (s) anexo (s).

4.4.4 Concordatárias, ou que estejam submetidas a processo de recuperação judicial, salvo neste caso, desde que comprove mediante certidão do juízo da recuperação condições financeiras

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

para atender o objeto da contratação, ou extrajudicial, ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.

4.4.5 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

4.4.6 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco) por cento do capital com direito a voto, responsável técnico, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

4.4.7 Estrangeiras que não tenham representação ou filial no País;

4.4.8 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

4.4.9 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.4.10 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si.

4.4.11 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

4.4.12 Agente público do órgão ou entidade licitante.

4.4.13 Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

4.4.14 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.4.15 O impedimento de que trata o item 3.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.4.16 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.3 e 3.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.4.17 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.4.18 O disposto nos itens 3.6.4 e 3.6.6 não impedem a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

4.4.19 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.4.20 A vedação de que trata o item 3.6.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria jurídica.

5 APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

5.2 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.3 Os licitantes preencherão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos.

5.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante anexará (modelo Anexo V do edital), em campo próprio do sistema declarações que:

5.4.3 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

5.4.4 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição Federal.

5.4.5 Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalhos degradantes ou forçados, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

5.4.6 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.6 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá anexar declaração e assinalar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021. (Modelo anexo V do edital):

5.6.3 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.4 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.6.5 A exclusão do regime tributário do Simples nacional por ato voluntário da contratada, ou por superação dos limites de receita bruta anual, de que trata o art. 30 da Lei Complementar nº 123/2006 não enseja o reequilíbrio econômico financeiro do contrato.

5.7 A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3.2, 4.3.3, 4.3.4, 4.4 e/ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 21.635/2023, e neste Edital.

5.8 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.9 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou desconexão.

5.12 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6 PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO:

6.2 O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

6.3 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos no que couber:

6.3.3 Deverá indicar o valor unitário do item/lote, em moeda corrente nacional, cotado com duas casas decimais depois da vírgula, expressos em algarismos;

6.3.4 Deverá indicar o valor total do item/lote, em moeda corrente nacional, cotado com duas casas decimais depois da vírgula, expressos em algarismos;

6.3.5 Deverá indicar a marca ou fabricante do material ofertado;

6.4 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.5 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.6 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na final, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

6.6.3 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.6.5 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.7 As propostas que ao final da disputa e da negociação mencionada no item 7.17, estiverem com valores superiores ao máximo fixado no Edital (Referente ao valor unitário do item) serão desclassificados.

6.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.9 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.

6.10 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Órgãos de Fiscalização competentes, após o devido processo legal.

7 ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

7.2 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.

7.3 O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas.

7.4 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.5 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

7.6 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário / do item.

7.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos.

7.8 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, e caso não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta, não havendo lances com valores iguais ou inferiores, serão desclassificados.

7.9 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 0,01 (um centavo), conforme artigo 31, parágrafo único do Decreto nº 10.024/2019.

8 DISPUTA NO SISTEMA ABERTO/FECHADO

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

8.2 Será adotado para o envio de lances no pregão, na forma eletrônica o modo de disputa "aberto fechado" inciso I do caput do art. 31, em que os licitantes apresentarão **lances públicos e sucessivos**, com prorrogações.

8.3 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

8.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.4 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.5 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.6 Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no item 7.4, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um **lance final e fechado** em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.7. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.8 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.9 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Contratação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7º, mediante justificativa.

8.10 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

8.11 Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

8.12 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.13 Fica a critério do(a) Agente de Contratação(a) a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, somente durante a disputa de lances.

8.14 Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado.

8.14.1 O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

8.15 No caso de desconexão com o(a) Agente de Contratação(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, na forma eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances,

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

retornando o(a) Agente de Contratação(a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

8.16 Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão, na forma eletrônica será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, através de mensagem eletrônica via plataforma - BLL - divulgando data e hora da reabertura da sessão.

8.17 O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo(a) Agente de Contratação(a) acerca da aceitação do lance de menor valor.

8.18 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

8.19 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

8.19.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.19.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.20 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.21 Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei Federal nº 14.133/2021, nesta ordem:

8.22 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

8.23 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei.

8.24 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.

8.25 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.26 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

a. Empresas estabelecidas no território do Estado do Mato Grosso do Sul;
b. Empresas brasileiras;
c. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
d. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

8.27 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.28 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado mesmo após a negociação for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.28 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.29O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.30 O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado e a documentação exigida no anexo 02.

8.31É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.32Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8.34 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o(a) Agente de Contratação(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o(a) Agente de Contratação(a) poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

9 FASE DE JULGAMENTO:

9.28 Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/);
b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis);
c) Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
d) A possível tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
e) O licitante poderá ser convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.29 A consulta aos cadastros será realizada em nome/CNPJ da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429/1992.

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

9.29.1 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.30 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.31 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP's, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.

9.32 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

9.33 Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.33.1 Contiver vícios insanáveis;

9.33.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.33.3 Que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

9.33.4 Permanecer acima do valor previsto no Termo de Referência;

9.7 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, quando os valores de desconto ofertados forem superiores a 50% (cinquenta por cento), para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

9.7.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

9.7.1.1 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.7.1.2 Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.8 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

9.9 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

9.10 O Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, através do campo de documentos complementares pós disputa - BLL, no prazo máximo de 24 horas, sob pena de não aceitação da proposta.

a) O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação, por solicitação justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Agente de Contratação;
b) Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de Contratação, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta;
c) Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas.

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

9.11 Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

9.12 O Agente de Contratação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.12.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.13 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Contratação verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. PROCEDIMENTOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 DISPOSTO NO CAPÍTULO V:

10.1 Encerrada a fase de lances, se a proposta de menor lance não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e o sistema eletrônico identificar que houve proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta de menor lance, será procedido o seguinte:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte / sociedades cooperativas, melhor classificada, será convocada pelo sistema eletrônico, via "chat" de comunicação do pregão, na forma eletrônica para, no prazo de 5 (cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicada em seu favor o objeto do pregão;

b) No caso de empate de propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem no limite estabelecido, o sistema realizará um sorteio eletrônico entre elas para que se identifique aquela que primeiro será convocada para apresentar melhor oferta, na forma do disposto na alínea "a";

c) Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, na forma da alínea "a'" anterior, serão convocadas as remanescentes, quando houver, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

10.2 Na hipótese da não contratação nos termos previstos, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que atenda aos requisitos de habilitação.

11. DA HABILITAÇÃO:

11.1. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, a negociação e a análise da proposta, o Agente de Contratação irá analisar a documentação de habilitação do licitante detentor da melhor proposta, bem como dos licitantes que concordarem em executar o objeto desta licitação pelo preço do primeiro colocado (com o objetivo de formação de cadastro de reserva).

11.1.1. A apresentação de novas propostas na forma do caput não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

11.2.1. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes- apf.apps.tcu.gov.br/);

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

11.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis);

11.2.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.2.4. A possível tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.2.5. O licitante poderá ser convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

11.3. Os documentos necessários para comprovar a habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, previstos nos incisos I a VI do caput e nos §§ 1º e 2º do artigo 68 da Lei nº 14.133/2021, e a documentação comprobatória das exigências de qualificação econômico-financeira e técnica da licitante, além de condições adicionais, eventualmente detalhadas nos itens a seguir, deverão ser enviados por meio do sistema www.bll.org.br, quando solicitados pelo Agente de Contratação.

11.3.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.3.2 Os documentos deverão ser apresentados em formato digital, em arquivo único, no prazo de até 03 (três) horas, prorrogável por igual período, contado da convocação efetuada pelo Agente de Contratação.

11.3.3 A prorrogação de prazo de envio da documentação somente poderá ocorrer por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo Agente de Contratação; ou de ofício, a critério do Agente de Contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no Edital para a verificação de conformidade.

11.4 Habilitação jurídica

a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;
d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

11.5 Habilitação fiscal, social e trabalhista

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
g) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre
h) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
i) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

11.6 Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

11.7 Qualificação Técnica do Prestador

11.7.1 NORMAS DE CAPACITAÇÃO TÉCNICO

Comprovar a experiência e a capacidade técnica da empresa e/ou do profissional responsável, mediante o registro dos serviços e atividades técnicas anteriormente executados, compatíveis com o objeto pretendido, demonstrando aptidão e qualificação para a execução dos serviços contratados. A comprovação deve ser feita por meio de:"Atestado" e/ou "Certidão" e/ou Declaração", emitido por pessoa jurídica e/ou pessoa fisica e registrado no CREA ou Conselho Profissional competente (Capacidade Técnica).

CAPACIDADE TÉCNICA – ITENS DE MAIOR RELEVÂNCIA – EXPERIÊNCIA NO (S) SERVIÇO (S)

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

REQUERIDO (S)		
DESCRIÇÃO	**QTD PRETENDIDA**	**QTD A SER COMPROVADA**
MURO DE ARRIMO COM BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL, ATÉ 1,6 M DE ALTURA (EXCETO FUNDAÇÃO)	3900,00 m²	1.170,00 m²
EXECUÇÃO DE TAPA BURACO EM CONCRETO COM PREPARO EM BETONEIRA.	870 m³	260 m³
MÃO DE OBRA PARA RECOMPOSIÇÃO DE REVESTIMENTO EM PRÉ MISTURADO A FRIO PARA CALÇAMENTO (EXCLUSIVE USINAGEM).	325 m³	100 m³
EXECUÇÃO GUIA (MEIO-FIO), SARJETA E CALÇADA	8000 m.L	2400 m.L
EXECUÇÃO DE TELHAMENTO METÁLICO COM TELHA DE ZINCO/TERMOACUSTICA	9750 m²	2.925 m²

a) Atestado de Capacidade Técnica: Atestado de Capacidade Técnica, em nome da licitante, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado. Este documento deve comprovar que a licitante prestou serviços de natureza, quantidade e complexidade similares aos do objeto desta licitação; e/ou
b) Notas Fiscais: Cópias de notas fiscais emitidas pela licitante para outros clientes. As notas fiscais devem ser referentes a serviços similares aos do objeto desta licitação, comprovando a experiência e a capacidade de entrega da empresa.
c) Requisitos para as Notas Fiscais: as notas fiscais devem ser referentes a fornecimentos realizados nos últimos 3 anos; e
d) Comprovação de Quantidade Mínima: O atestado apresentado deverá comprovar o fornecimento de um quantitativo mínimo de 30% (trinta por cento) da quantidade total do item.

11.8. Para fins de habilitação, o licitante deverá, também, Declaração unificada, conforme modelo constante no Anexo V, no momento do cadastramento da proposta, exclusiva e eletronicamente em campo próprio do sistema eletrônico BLL.

11.9. Quando os documentos apresentados forem assinados por um procurador, deverá ser juntado em campo específico na plataforma da BLL, cópia da devida procuração.

11.10. Os Documentos de Habilitação não precisam ser enviados de forma física, devendo ser encaminhado exclusivamente por meio do sistema eletrônico da BLL.

11.10.1. Caso o Agente de Contratação não obtenha sucesso na consulta aos sítios eletrônicos no momento da habilitação, como por exemplo, a certidão não esteja disponível em tais meios de consulta e não tenha sido anexada pelo licitante, automaticamente o julgamento será pela inabilitação.

11.10.2. O licitante poderá optar em anexar conjuntamente suas certidões quando do momento do cadastramento de seus documentos e propostas no sistema BLL, de modo a evitar inconvenientes ou inviabilidade de acesso a estes documentos, que possam resultar em sua inabilitação.

11.11. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

11.12. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema BLL, no prazo de até 02 (duas) horas a contar da convocação do Agente de Contratação, sob pena de inabilitação.

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

11.13. A concessão do prazo de 2 (duas) horas citadas no item anterior não se aplica ao envio de documentação obrigatória, ou seja, aquela já prevista inicialmente no Edital.

11.13.1. É importante esclarecer que a prerrogativa da concessão das 2 (duas) horas aplica-se exclusivamente no âmbito de diligência (complementação), para fins de confirmação dos documentos já apresentados inicialmente, não reportando-se a uma segunda oportunidade para envio de documentos que porventura tenham deixado de ser apresentados no momento obrigatório e previsto neste Edital.

11.14. Todos os documentos de habilitação complementares, solicitados pelo Agente de Contratação após o julgamento da proposta, deverão ser apresentados em formato digital, via sistema BLL, no prazo de 2 (duas) horas contadas da solicitação do Agente de Contratação.

11.14.1. No caso de comprovada inviabilidade ou dificuldade de envio ou recebimento da documentação pelo sistema eletrônico BLL, a documentação poderá ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico agentecontratacao@cassilandia.ms.gov.br, no prazo estabelecido no *caput*, sendo que tal documentação será divulgada posteriormente no sítio da Administração para conhecimento de todos os participantes.

11.14.2. Depois de transcorrido o prazo estabelecido no *caput*, ou a confirmação de envio dos documentos solicitados, via chat do sistema BLL, por parte do licitante, não será considerado para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio de documentos de habilitação que deveriam/poderiam ter sido remetidos anteriormente.

11.14.3. Os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

11.14.4. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos. Os documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.

11.14.5. Os documentos remetidos pelos licitantes na forma do *caput* poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Agente de Contratação.

11.14.6. Quando os documentos solicitados forem comuns a mais de um item/grupo para os quais o licitante possua proposta aceita, o Agente de Contratação poderá convocar o anexo, por meio do sistema BLL, para apenas um dos itens/grupos.

11.15. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada por uma das seguintes formas:

11.15.1. Em original;

11.15.2. Por qualquer processo de cópia, desde que legível, e, em havendo dúvidas por parte de qualquer servidor do Consórcio, poderá ser exigida a entrega da documentação original;

11.15.3. Publicação em órgão da Imprensa Oficial.

11.16. No encaminhamento da documentação, seja a principal ou a complementar, a licitante ainda deverá observar o seguinte:

11.16.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos devem estar em nome da matriz;

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

11.16.2. Se a licitante for filial, todos os documentos devem estar em nome da filial, exceto aqueles para os quais a legislação permita ou exija a emissão apenas em nome da Matriz;

11.17. A validade das certidões exigidas corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso as mesmas não contenham expressamente o prazo de validade, o Agente de Contratação convenciona o prazo como sendo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese de o licitante comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao convencionado, mediante juntada de norma legal pertinente.

11.18. Conforme o item 6.2, deste Edital, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

11.19. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

11.19.1. Ressalta-se que esta apresentação deverá ter sido precedida nos moldes previsto no item 11.3., não cabendo apresentação posterior a tal previsão.

11.20. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 147/2014, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.20.1. A não regularização da documentação, no prazo e condições disciplinadas no *caput*, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei nº 14.133/21, sendo facultado, à Administração, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

11.20.2. Constatado o descumprimento das condições de participação, o Agente de Contratação inabilitará o licitante.

11.20.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.20.4. Se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

11.21. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, o licitante será declarado vencedor.

11.22. De acordo com as informações constantes de seu sítio, o MUNICÍPIO não solicita o envio de documentos via correios, considerando que a disputa ocorre por meio eletrônico.

11.23. Caso o Agente de Contratação, por algum motivo excepcional, solicite o encaminhamento de algum documento por remessa via correios, tal requerimento será registrado no chat do sistema eletrônico BLL.

12REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

12.2 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.2.1 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.3 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.3.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico da BLL - ("chat").

13 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

13.1 Até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá pedir esclarecimentos ou impugnar o ato convocatório deste Pregão, exclusivamente pela plataforma www.bll.org.br ou por meio eletrônico, mediante o envio do pedido ao endereço eletrônico agentecontratacao@cassilandia.ms.gov.br, até as 13h00min, no horário oficial de Brasília/DF.

13.2 O Agente de Contratação, com base em parecer ou auxílio dos setores responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e seus Anexos, quando necessário, bem como de outros setores técnicos da Instituição, decidirá sobre a resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, conforme o art. 164 § único da Lei 14.133/2021.

13.3 As repostas aos pedidos de esclarecimentos vincularão os participantes e a administração.

13.4 Serão imediatamente descartados pedidos de esclarecimentos que intencionem análise prévia de documentações ou descrições de modelos de produtos/serviços que licitante almeja apresentar e/ou ofertar para a disputa do certame licitatório, haja visto que todas as análises serão efetuadas estritamente em momento oportuno, conforme o estabelecido no instrumento convocatório e de acordo com o princípio de julgamento objetivo.

13.5 Todas as respostas Todas as respostas referentes às impugnações e/ou aos pedidos de esclarecimentos serão disponibilizadas exclusivamente pela plataforma www.bll.org.br e/ou pelo site www.cassilandia.ms.gov.br, cabendo aos licitantes a responsabilidade de acompanhar as respostas e respectivos encaminhamentos nesses canais indicados.

13.6 Não cabe a Administração qualquer responsabilidade por quaisquer desconhecimentos, por parte dos licitantes, decorrentes do não acompanhamento das informações prestadas nos sítios acima mencionados.

13.7 A Administração não encaminhará respostas a impugnações e/ou pedidos de esclarecimentos ao endereço eletrônico do requerente, com vistas a promover a ampla transparência a todos que tenham interesse no acesso a informações relativas aos certames licitatórios. As respostas serão disponibilizadas nos sítios indicados no item 13.5.

13.8 É indispensável que, previamente ao envio de quaisquer pedidos de esclarecimentos, o licitante consolide uma leitura plena e atenta do Edital e de seus Anexos, de modo que possa dirimir eventuais dúvidas ou, caso necessário, possa formulá-las e encaminhá-las de maneira conjunta.

13.9 Caso o sistema eletrônico BLL não comporte algum anexo do Edital, os arquivos serão disponibilizados no sítio da Administração, sendo que não serão atendidas quaisquer solicitações, por parte dos licitantes, de envios de arquivos em formatos distintos daqueles inicialmente fornecidos, não cabendo insistências ou contatos telefônicos.

13.10 Os licitantes que desejarem obter informações concernentes ao (s) atual (is) prestador (es) de serviço ou fornecedor (es) do objeto, referente ao presente certame, deverão requerer tais informações por meio dos canais de acesso à informação do Município ou diretamente aos departamentos ou unidades responsáveis pelas fases de execução do objeto, não cabendo ao Setor de Licitações do Município prestar esclarecimentos nesse sentido.

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

13.10.1 Questionamentos direcionados neste sentido serão automaticamente descartados sem qualquer menção, uma vez que não estão relacionados a elementos do ato convocatório ou, ainda, em diretrizes que subsidiem informações necessárias para a correta elaboração da proposta por parte dos interessados no certame. Assim, fica desde já respondido por este item o posicionamento do Departamento quanto a eventuais encaminhamentos com este teor.

13.11 Não serão conhecidos impugnações ou questionamentos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado ou não identificado no processo para responder pela proponente.

13.12 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, desde que altere a formulação da proposta de preços, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13.13 Até 03 (três) dias úteis, antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer interessado poderá impugnar ou solicitar esclarecimentos em relação a este ato convocatório.

13.14 Caberá ao Agente de Contratação encaminhar a petição sobre esclarecimentos e impugnações, apoiado pelo setor técnico responsável ou pela Procuradoria Jurídica, conforme o caso.

14. PROPOSTA FINAL ESCRITA E FORNECIMENTO:

14.1. A Empresa vencedora, deverá anexar no sistema eletrônico, a Proposta de Preços escrita, conforme modelo Anexo II, com o(s) valor(es) oferecido(s) após a etapa de lances, assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo Razão Social, CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, Inscrição Estadual, endereço completo, número de telefone e e-mail, no prazo mínimo de 02 (duas) horas a contar da solicitação do Agente de Contratação, e deverá:

a) Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento, e:

- Descrição detalhada do item, conforme especificações previstas no Termo de Referência;
- Valor unitário e total do item;
- Valor total da proposta;
- Marca ou fabricante;
- Prazo de entrega;
- Validade da proposta: 90 (noventa) dias.

b) A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

c) Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

14.1.1 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso;

14.1.2 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

14.1.3 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

14.1.4 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

14.1.5 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis, após a homologação.

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

14.1.6 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, frete e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

14.2. Caso haja problemas na inserção dos documentos a empresa deverá entrar em contato com o suporte do sistema eletrônico, para saná-los.

15. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

15.1. Declarado o vencedor, o Agente de Contratação abrirá prazo mínimo de 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema eletrônico BLL, manifestar sua intenção de recurso, com registro da síntese de suas razões.

15.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do item anterior, levará a decadência do direito de recurso e consequente adjudicação do objeto da licitação ao vencedor.

15.3. O Agente de Contratação examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

15.4. O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes desde logo intimados para, querendo, apresentar contrarrazões via sistema e em igual prazo, contado a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.5. No caso de comprovada inviabilidade no envio dos recursos e/ou das contrarrazões via sistema BLL, o licitante deverá encaminhar a documentação para o e-mail: agentecontratação@cassilandia.ms.gov.br dentro do prazo mencionado no item 13.4, juntamente com o respectivo registro de indisponibilidade do sistema.

15.6. Os recursos rejeitados pelo Agente de Contratação serão apreciados pela autoridade competente.

15.7. O recurso contra o resultado da licitação terá efeito suspensivo no tocante ao item do objeto ao qual o recurso se referir, inclusive quanto ao prazo de validade da proposta, o qual somente recomeçará a contar quando da decisão final da autoridade competente.

15.8. O acolhimento do recurso implicará apenas a invalidação dos atos que não podem ser aproveitados.

15.9. Caso o licitante possua dúvidas a respeito da forma de interposição dos recursos administrativos no sistema BLL ou em relação aos prazos legais, o Agente de Contratação orienta que seja consultado o manual do fornecedor disponível no portal BLL, o qual contempla todas as orientações referentes a esse direito do licitante, bem como que sejam consultadas as legislações que versam sobre a modalidade licitatória em disputa, não cabendo ao Agente de Contratação prestar esclarecimentos adicionais acerca desse tema.

15.10. Não serão conhecidos recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado ou não identificado no processo para responder pela proponente.

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

16.1. O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Agente de Contratação, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade competente para homologação.

16.2. A homologação deste Pregão compete ao Ordenador de Despesas do Município de Cassilândia-MS.

16.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

16.4. Concluídas as etapas do certame, o sistema BLL emitirá aviso automático ao licitante vencedor para que este contate a Administração para fins de consolidar as demais providências quanto à contratação e/ou ao fornecimento do objeto.

17. DAS ATRIBUIÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR:

17.1. Considera-se órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços as Secretarias Municipal.

17.2. Compete à autoridade máxima do órgão gerenciador ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, autorizara instauração e homologar as licitações para formação dos registros de preços.

17.3. O SRP será operacionalizado mediante sistema informatizado, que deverá ser utilizado pelos órgãos e entidades para registro dos itens a serem licitados e para o gerenciamento da ARP.

17.4. Cabe ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, com as seguintes atribuições:

17.4.1. Gerenciar a ARP;

17.4.2. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais revisões dos preços registrados;

17.4.3. Deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não manifestaram interesse durante o período de divulgação da intenção para registro de preços;

17.4.4. Providenciar o registro das penalidades administrativas aplicadas previstas em ato convocatório;

17.4.5. Aplicar, garantidas a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ARP ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações; e

17.4.6. Registrar as ocorrências no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e no sistema adotado pela administração pública municipal, se houver.

17.5. A ARP será utilizada somente pelos órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal, sendo vedada a adesão da mesma para qualquer órgão ou entidade da Administração Pública de outros Estados ou Municípios.

18. DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO:

18.1. O prazo, local e condições de entrega do objeto constam no item 6.1 do Termo de Referência-Anexo I.

19. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

19.1. As condições de recebimento constam no item 6.2 do Termo de Referência-Anexo I.

20 DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO:

20.1. As condições de controle e fiscalização da execução constam no item 6.3 do Termo de Referência-Anexo I.

21. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA:

21.1. Será realizado o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

21.1.1. Este registro tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ARP.

21.2. A formação do cadastro de reserva compete ao Agente de Contratação e será efetivada no momento da homologação deste Pregão, por meio de ferramenta própria do sistema eletrônico BLL.

21.3. O cadastro de reserva envolverá somente itens com propostas adjudicadas e para os quais haja licitantes aptos a participar.

21.4. O sistema verificará se há ou não licitantes aptos a participar do cadastro de reserva. Havendo licitantes nesta condição, o Agente de Contratação convocará os licitantes e informará o prazo para eles registrarem as suas participações no cadastro de reserva.

21.5. O prazo para o registro no cadastro de reserva será de no mínimo de 24 (vinte e quatro) horas.

21.5.1. A autoridade competente poderá alterar, a seu critério, o prazo para a finalização do cadastro de reserva.

21.6. O sistema deverá enviar um e-mail a todos os licitantes aptos, exceto para o licitante vencedor do (s) item (ens), para que eles possam aderir ao cadastro de reserva pelo preço do primeiro colocado, desconsiderando a margem de preferência.

21.7. O registro do licitante no cadastro de reserva, para o fornecimento de um item ao mesmo preço do vencedor do certame, será realizado em funcionalidade própria do sistema eletrônico BLL.

21.7.1. Nesta funcionalidade, o licitante deverá selecionar a licitação e o (s) item (ns) que deseja participar no cadastro de reserva e confirmar sua participação.

21.8. Se houver mais de um licitante que aceite cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

21.9. A ordem de classificação dos licitantes registrados na ARP do cadastro de reserva deverá ser respeitada nas contratações.

21.10. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será aferida na própria sessão pública deste Edital.

21.11. As sanções elencadas neste Edital também se aplicam a componente do cadastro de reserva de ARP que não honrar o compromisso assumido.

22. DA REVISÃO DOS PREÇOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

22.1. Durante a vigência da ARP, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses previstas nos Art. 124, inciso II alínea “d” da Lei 14.133/2021.

22.2. A ARP poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas nos artigos 124 á 136 da Lei 14.133/2021.

22.3. O preço registrado poderá ser revisto, por iniciativa da Administração, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou a pedido do fornecedor, em razão de fato superveniente que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, desde que autorizado pela autoridade competente da Administração e desde que apresentadas as devidas justificativas, podendo, se julgar conveniente, optar por

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

cancelar a ARP e iniciar outra processo licitatório.

22.4. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

22.5. O fornecedor que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

22.6. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

22.7. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

22.7.1. Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;

22.7.2. Cópia da(s) Nota(s) Fiscal (is) dos elementos formadores do novo preço;

22.7.3. Cópia da(s) Nota(s) Fiscal (is) dos elementos formadores do preço original na época da apresentação das propostas;

22.7.4. Outros documentos que comprovem o direito ao reequilíbrio, como por exemplo: demonstrativo de que a alteração dos custos foi superior aos índices oficiais de inflação; histórico de preços do mercado; histórico de preços de compras anteriores da própria Administração Pública; matérias de jornais que constatem tratar-se de elevação extraordinária do preço, etc.

22.7.5. Faculta-se a juntada à proposta de preços de orçamentos de fornecedores, com a intenção de se comprovar aumento de preços em eventual solicitação de revisão.

22.7.6. Nos casos em que restem dúvidas quanto à comprovação do desequilíbrio por parte da Detentora da ARP, a Administração Pública poderá solicitar documentação complementar, além da constante no item 10.5.

22.8. A fundamentação da concessão de reequilíbrio em favor do particular levará em conta:

22.8.1. A alteração de fato que torne mais onerosa a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos ao particular e a remuneração correspondente por ocasião do ajuste;

22.8.2. A superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda a ocorrência de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe;

22.8.3. A configuração de álea econômica extraordinária e extracontratual;

22.8.4. O cumprimento das exigências previstas no Edital, Contrato ou ARP.

22.9. Sendo procedente o requerimento da empresa, o equilíbrio econômico financeiro será concedido a partir da data protocolo do pedido.

22.9.1. A detentora da ARP deverá cumprir com a entrega de todos os produtos empenhados anteriormente a data do protocolo do pedido de realinhamento.

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

22.9.2. A detentora da ARP não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços.

22.10. Sem prejuízo de outras hipóteses fundamentadas, será indeferido o requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro quando a Administração constate:

22.10.1. Ausência de elevação dos encargos do particular;

22.10.2. Ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido antes do aceite da proposta;

22.10.3. Ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos da detentora da ARP;

22.10.4. Culpa da detentora da ARP pela majoração dos seus encargos, incluindo-se a desídia na previsão da ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido.

22.10.5. Na situação do item acima, a Detentora continuará obrigada a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ARP, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei, no Edital e nesta ARP.

22.10.6. Em qualquer hipótese os preços decorrentes de revisão não ultrapassarão os praticados no mercado, mantendo-se a relação entre o valor originalmente registrado.

22.11. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a administração poderá:

22.11.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

22.11.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação, observada a classificação original.

22.11.3. Não havendo êxito nas negociações, a administração deverá proceder à revogação da ARP, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

22.11.4. Os aditamentos efetuados na ARP de registro de preço serão igualmente publicados no órgão oficial do município.

22.12. A administração realizará periodicamente pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade.

23. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

23.1. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ARP, devidamente comprovados e justificados:

23.1.1. Por razão de interesse público; ou

23.1.2. A pedido do fornecedor.

23.2. O registro de preços será cancelado, por iniciativa da Administração, por meio de processo administrativo específico e assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando houver razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas, ou quando o fornecedor:

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

23.2.1. Não cumprir as condições da ARP ou as exigências contidas em legislação pertinente;

23.2.2. Recusar-se a assinar a ARP ou a celebrar o contrato ou não retirar a respectiva Autorização de Fornecimento e/ou Nota de Empenho no prazo estabelecido pelo Departamento de Compras do Município, sem justificativa aceitável;

23.2.3. Deixar de cumprir qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório;

23.2.4. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado;

23.2.5. Incorrer em alguma das hipóteses elencadas nos artigos 155 à 163 da Lei 14.133/2021.

23.2.6. For declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Município.

23.2.7. For impedido de licitar e contratar com o Município.

23.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no subitem anterior será formalizado por despacho da autoridade competente, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e comunicado pela Coordenadoria de Contratos e Licitações ao fornecedor, juntando-se o comprovante no processo que deu origem ao registro de preços.

23.4. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovados, mediante instrumento hábil protocolado, devidamente fundamentado.

23.4.1. Na hipótese de não comprovação das razões da solicitação de cancelamento do preço registrado, caberá a aplicação das sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

23.4.2. Durante a validade da ARP, o fornecedor não poderá alegar a indisponibilidade do produto/produto ofertado, sob pena de lhe serem aplicadas as sanções previstas neste Edital e na Lei.

23.4.3. É vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ARP com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência deARP que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, conforme disposto no Art. 82 inciso VIII da Lei 14.133/2021.

24. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR:

24.1. Efetuar o empenho da despesa, no qual constará da dotação orçamentária específica de forma a garantir o pagamento das obrigações assumidas.

24.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

24.3. Receber provisoriamente o objeto mediante regular aferição de quantitativos, disponibilizando local, data e horário observando as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

24.4. Comunicar ao fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

24.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Fornecedora, através de comissão/servidor especialmente designado.

24.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo fornecedor com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do fornecedor, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

24.7. Rejeitar, no todo ou em parte os materiais entregues em desacordo com as especificações contidas nesse Termo de Referência.

24.8. Efetuar o pagamento ao fornecedor no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

25. DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA:

25.1. A fornecedora deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

25.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal na qual constarão as indicações referentes à: marca do fabricante, certificado de garantia, a proposta, se for o caso.

25.3. Entregar os produtos a contar do recebimento da Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento.

25.4. Substituir, no prazo de 5 (cinco) dias úteis e sem ônus para a administração, os produtos devolvidos em razão de divergências entre o produto entregue e as especificações contidas neste Termo de Referência, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.

25.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

25.6. Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, os fornecimentos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução, no prazo fixado no Termo de Referência.

25.7. Comunicar à administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

25.8. Manter durante toda a execução da ARP, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

25.9. Responsabilizarem-se por quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, bem como alimentação, transporte ou outro benefício de qualquer natureza, decorrentes da aquisição dos materiais e com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregadora.

25.10. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionados aos materiais, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

25.11. Não se valer desta contratação para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito, a serem auferidos em função dos fornecimentos realizados, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização da Administração.

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

25.12. Executar o fornecimento, inclusive acompanhado da garantia (se for o caso), sem transferência de responsabilidade ou subcontratação, conforme art. 116 da Lei 14.133/21.

25.13. Se após o recebimento definitivo do material for encontrado algum defeito, a Fornecedora substituirá o item no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento do aviso escrito enviado por fax ou e-mail ou outro meio hábil, sem ônus para a Administração.

25.14. Informar nome, número de telefone e e-mail do responsável, a fim de atender as solicitações da Secretaria solicitante.

25.15. Arcar com todos os encargos decorrentes da presente aquisição, especialmente os referentes a frete, taxas, seguros, encargos sociais e trabalhistas.

25.16. Dispor de meios necessários ao transporte, para a devida entrega de mercadoria no local de destino.

25.17. Comunicar imediatamente à administração qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras necessárias para recebimento de correspondência.

26. DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO:

26.1. O prazo de vigência da ARP será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

26.2. O contrato decorrente da ARP terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, conforme as disposições nela contidas.

27. DA FORMALIZAÇÃO DA ARP E DA CONTRATAÇÃO:

27.1. Após a homologação do Pregão, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

27.1.1. Serão registrados na ARP os preços e quantitativos do licitante melhor classificado durante a etapa competitiva, bem como dos licitantes que, por concordarem em executar o objeto da licitação pelo preço do primeiro colocado e por atenderem aos demais requisitos do Edital, formaram o cadastro de reserva.

27.2. Homologado o Pregão, a Administração convocará o licitante vencedor e os licitantes que concordarem em executar o objeto da licitação pelo preço do primeiro colocado, na sequência da classificação do certame, por meio de endereço eletrônico constante na proposta, para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir do recebimento da convocação, assinar a ARP, a ser também assinada pela autoridade pela autoridade competente, com efeito de compromisso de fornecimento ou da prestação de serviço para futura contratação nas condições estabelecidas.

27.2.1. O registro dos licitantes, que concordarem em executar o objeto da licitação pelo preço do primeiro colocado, tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de impossibilidade de atendimento pelo vencedor/adjudicatário, nas hipóteses previstas na Lei 14133/2021.

27.2.2. Se houver mais de um licitante que concordar em executar o objeto da licitação pelo preço do primeiro colocado, eles serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

27.2.3. Constatada a necessidade dos produtos licitados, a Administração procederá à contratação do fornecedor registrado, mediante a convocação para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir do recebimento da convocação, por meio de endereço eletrônico constante na proposta, assinar o instrumento contratual e/ou retirar/confirmar o recebimento da Nota de Empenho da

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

Despesa emitida em nome do licitante, acompanhada da Autorização de Fornecimento, observando-se as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, na legislação vigente e na proposta do licitante vencedor, relacionando-se os produtos pretendidas e suas quantidades, bem como os respectivos preços registrados, devendo a entrega ser efetuada conforme o item 18 deste Edital.

27.3. O não comparecimento do licitante vencedor, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, após regularmente convocado para a assinatura da ARP e/ou Contrato e/ou para retirar ou confirmar o recebimento da Nota de Empenho, ensejará a aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ARP, além da sua exclusão da referida ARP.

27.4. O prazo mencionado acima poderá ser prorrogado uma só vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Administração.

27.5. Caso o licitante classificado em primeiro lugar ou os licitantes que se encontram no cadastro de reserva não assinem a ARP e/ou o Contrato, não apresentem situação regular no ato da assinatura ou não retirem ou confirme o recebimento da Nota de Empenho, serão examinadas as ofertas subsequentes, bem como os respectivos documentos de habilitação dos proponentes, convocando-os, na ordem de classificação, para assinar a ARP, mantido o preço do primeiro classificado na licitação ou proposta ainda mais favorável para a Administração.

27.6. No ato da assinatura da ARP e durante a vigência da mesma, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições para habilitação e classificação da proposta.

27.7. Publicada na Imprensa Oficial, a ARP terá efeito de compromisso de fornecimento, nas condições estabelecidas neste Edital.

27.8. O prazo de vigência da ARP será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme prevê o disposto no art. 84 da Lei Federal n° 14.133/2021.

27.9. As supressões de saldo de quantitativos a adquirir, ainda não contemplados nos pedidos de fornecimento, poderão atingir o limite de 100% (cem por cento).

27.10. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao fornecedor beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

27.11. Diante do exposto neste subitem, a Coordenadoria de Licitações e Contratos do Município não possui, dentre as suas atribuições, a prerrogativa de responder a questionamentos de licitantes acerca de eventuais fornecimentos previstos ou planejados, bem como de respectivos empenhos.

27.12. A associação do licitante vencedor com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação devem ser comunicadas ao Município para que esta delibere sobre a adjudicação do objeto ou manutenção do contrato, sendo essencial, para tanto, que a nova empresa comprove atender a todas as exigências de habilitação previstas no Edital.

27.13. O registro de preços resultante desta disputa licitatória será disciplinado pelas normas legais aplicáveis e vigentes no que tange à matéria do sistema de registro de preços.

27.14. As contratações decorrentes da ARP serão formalizadas por meio de instrumento contratual, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

27.15. Para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, o detentor da ARP será convocado mediante publicação de aviso no Diário Oficial Eletrônico do Município contendo, entre outras informações, o

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

prazo para assinatura do mesmo, o qual poderá, justificadamente, ser prorrogado por igual período, a critério da Administração.

27.16. Se o fornecedor convocado não assinar o contrato, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente, a Administração poderá convocar os demais fornecedores, na sequência da classificação, sem prejuízo das penalidades administrativas cabíveis.

27.17. Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

27.18. Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata os art. 125 a 136, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ARP;

27.19. A duração dos contratos decorrentes da ARP deverá atender ao contido no Capítulo V, do Título III, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

27.20. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ARP.

27.21. A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pela Administração, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

28. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

28.1 As despesas decorrentes da contratação do presente termo correrão a cargo dos órgãos ou entidades usuários da ARP, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no Edital e ao que dispõe o §2º, art. 8º, do Decreto Municipal nº 3.838/2023.

29. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO:

29.1. Liquidação:

29.1.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação.

29.1.2. Para fins de liquidação, o setor competente verificará se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: a) O prazo de validade; b) A data da emissão; c) Os dados da ARP e do órgão contratante; d) O período respectivo de execução da ARP; e) O valor a pagar; e f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

29.1.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

29.1.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, conforme art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

29.1.5. Constatando-se, a situação de irregularidade da FORNECEDORA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

critério da ADMINISTRAÇÃO.

29.1.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a ADMINISTRAÇÃO comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da FORNECEDORA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

29.1.7. Persistindo a irregularidade, a ADMINISTRAÇÃO deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

29.2. Prazo de pagamento:

29.2.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da finalização da liquidação da despesa.

29.2.2. No caso de atraso pela ADMINISTRAÇÃO, os valores devidos a FORNECEDORA serão atualizados monetariamente entre o termo final de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, conforme dispõe o art. 162 da Lei 14.133/2021.

29.3. Forma de pagamento:

29.3.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pela FORNECEDORA.

29.3.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

29.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

29.3.4. Para fins de Imposto de Renda retido na fonte de que trata o art. 158, inciso I, da Constituição da República, o município em todas as suas contratações com pessoas jurídicas, deverá observar no art. 64 da Lei Federal nº 9.430/1996 e também a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n.°1.234/2012.

29.3.5. Não serão feitas retenções de CSLL, PIS/PASEP ou COFINS, apenas a retenção do Imposto de renda se for o caso.

30. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

30.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

30.1.1. Dar causa à inexecução parcial da ARP;

30.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

30.1.3. Dar causa à inexecução total da ARP;

30.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame; não manter a proposta, salvo

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

30.1.5. Não celebrar a ARP ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

29.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

30.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução da ARP;

30.1.8. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução da ARP;

30.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

30.1.9.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

30.1.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

30.1.11. Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, 1º de agosto de 2013.

30.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

30.2.1. Advertência pela falta do subitem 29.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

30.2.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado dos itens prejudicados pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 29.1.1 a 29.1.12;

30.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 29.1.2 a 29.1.7 , quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

30.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 18.1.8 a 18.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

30.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

30.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

30.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

30.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

30.3.4. Os danos que dela provierem para a administração pública;

30.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

30.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao fornecedor, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

30.5. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

30.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

30.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

30.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

30.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

30.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

30.11. As sanções e infrações administrativas, independente de transcrição neste Edital, seguirão as normas contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores.

31. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD):

31.1. O fornecedor e a Administração se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, conforme prevê a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD n° 13.709, de 14 de agosto de 2018).

32. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

32.1. É facultada ao Agente de Contratação ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

32.2. A inobservância do prazo fixado pelo Agente de Contratação para a entrega das respostas e/ou informações solicitadas em eventual diligência ou ainda o envio de informações ou documentos considerados insuficientes ou incompletos ocasionará a desclassificação da proposta.

32.3. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

32.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará a inabilitação ou a desclassificação da licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

da sua Proposta, durante a realização da sessão pública desta licitação.

32.5. Fica assegurado à Administração o direito de, no seu interesse, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência às participantes, na forma da legislação vigente.

32.6. As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas Propostas e Consórcio não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

32.7. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

32.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Município.

32.9. Em caso de divergência entre as especificações do objeto da plataforma BLL e as deste Edital, prevalecerão as constantes neste último.

32.10. As licitantes, após a publicação oficial deste Edital, ficarão responsáveis pelo acompanhamento, mediante o acesso aos sítios mencionados no subitem 1.4, das eventuais republicações e/ou retificações do Edital, respostas a questionamentos e impugnações ou quaisquer outras ocorrências que porventura possam ou não implicar em mudanças nos prazos de apresentação da proposta e da abertura da sessão pública.

32.11. Os casos omissos relacionados a este documento regular-se-ão pelos preceitos do Direito Público aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do Direito Privado, na forma do artigo 89, da Lei n° 14.133 de 2021.

32.12. Integram nas contratações regidas por esta lei, independente de transcrição, as condições estabelecidas na licitação respectiva e as normas contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores.

33. DO FORO:

33.1. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o de Cassilândia-MS, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

34. DOS ANEXOS:

34.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I: TERMO DE REFERÊNCIA;
ANEXO II: MODELO PROPOSTA PARA FORNECIMENTO;
ANEXO III: MINUTA DA ATA DE REGISTRO;
ANEXO IV: MINUTA DO CONTRATO;
ANEXO V: MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA;
ANEXO VI - MODELO DECLARAÇÃO TRATAMENTO DIFERENCIADO LEI 123/2006

Cassilandia, 22 de Outubro 2026

RODRIGO BARBOSA DE FREITAS
Prefeito Municipal

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

TERMO DE REFERÊNCIA
Nº 47/2026/SEAP/DACA
{Inciso XXII, art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021[1]}

1. UNIDADE REQUISITANTE

- Secretária Municipal de Água, Saneamento e Serviços Públicos. - SASSP
- Secretária Municipal de Turismo, Esporte e Cultura. – SETESC
- Secretária Municipal de Educação. - SEMED
- Secretária Municipal de Agronegócio. - SEMAGRO
- Secretária Municipal de Infraestrutura. - SEINFRA
- Secretária Municipal de Saúde. - SMS
- Secretária Municipal de Assistência Social. - SMAS
- Fundo Municipal de Saúde.
- Fundo Municipal de Assistência Social.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO E SUA NATUREZA:

2.1 Registro de preços para futura e eventual a contratação de pessoas jurídica, objetivando a prestação de serviços de manutenção predial e urbana, com fornecimento de mão de obra, materiais e descarte de resíduos, incluindo o transporte e o descarte dos resíduos oriundos deste serviço em atendimento a solicitação dos órgãos desta administração.
2.2 Os serviços do objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme consta no Estudo Técnico Preliminar.
2.3 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto de nº 3688/22.
2.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da Assinatura da ata, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133/21.
2.5 A ata oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO·:

3.1 A demanda em questão está contemplada no documento de planejamento, identificada sob o Código de solicitação 007, cujo objeto simplificado é o “MANUNTENÇÃO PREDIAL”, destinado a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

3.2 O planejamento classifica este serviço com prioridade de grau "ALTO", atestando sua essencialidade para garantir o acesso e a permanência dos estudantes no ambiente escolar.

3.3 Ademais, para fins de transparência e cumprimento dos requisitos de publicidade legal, registra-se que o respectivo Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026 foi devidamente publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e pode ser acessado na íntegra por meio do seguinte endereço eletrônico: https://pncp.gov.br/app/pca/03342920000186/2026/1.

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

4.1. A presente contratação surge da necessidade contínua e inadiável de promover a manutenção, conservação e adequação das edificações públicas e dos espaços urbanos sob a responsabilidade desta Administração. Para tanto, faz-se necessário o Registro de Preços para a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de manutenção predial e urbana, englobando o fornecimento de mão de obra, materiais e o gerenciamento integral de resíduos (incluindo transporte e descarte ecológico), para atendimento sob demanda dos órgãos interessados.

[1] Inciso XXIII, art. 6º, Lei 14.133/2021 – Termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

4.2. O Problema a ser Resolvido Os prédios públicos, instalações e equipamentos urbanos sofrem desgaste natural e progressivo decorrente da ação do tempo, das intempéries climáticas e do uso diário e intensivo por parte de servidores e do público em geral. A ausência de manutenções periódicas e de pequenos reparos gera um efeito cascata:

- Compromete a segurança e a salubridade dos ambientes de trabalho e de atendimento ao cidadão;
- Acelera a depreciação do patrimônio público;
- Gera risco iminente de interrupção na prestação de serviços públicos essenciais devido a falhas em instalações elétricas, hidrossanitárias ou estruturais.

4.3 Além disso, as próprias intervenções de manutenção geram, inevitavelmente, resíduos sólidos (entulhos). O acúmulo desses materiais nos locais de trabalho ou o seu descarte irregular representa um grave problema ambiental e sanitário, sujeitando a Administração a penalidades legais e comprometendo a imagem institucional.

4.4 A Solução e a Perspectiva do Interesse Público Sob a ótica do interesse público, a solução deste problema passa pela contratação de serviços que garantam tanto a manutenção preventiva (mitigando riscos e evitando danos maiores) quanto a manutenção corretiva (solucionando problemas inesperados com agilidade).

4.5 A inclusão do transporte e descarte de resíduos no escopo da contratação é fundamental para garantir o ciclo completo do serviço. Dessa forma, a Administração assegura o cumprimento das diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), transferindo a execução operacional e a responsabilidade ambiental do descarte para uma empresa devidamente qualificada.

4.6 A Justificativa do Modelo de Contratação (Registro de Preços) A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) é a ferramenta mais adequada para esta necessidade, uma vez que as demandas por manutenção e pequenos reparos civis nos diversos órgãos desta Administração são frequentes, porém imprevisíveis em sua exata quantificação e momento de ocorrência. O SRP garante:

- Economia de escala e padronização: Unifica as demandas de diversos setores em um único certame.
- Eficiência e celeridade: Permite o acionamento imediato da empresa registrada apenas quando a demanda real surgir.
- Racionalidade de gastos: A Administração pagará estritamente pelos serviços, materiais e volumes de descarte efetivamente executados e solicitados, evitando o engessamento de recursos públicos.

4.7 Em suma, a contratação atende ao interesse público ao assegurar a preservação e valorização do patrimônio estatal, garantir a continuidade e a segurança dos serviços prestados à população, e promover a sustentabilidade ambiental através da gestão correta dos resíduos gerados.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

5.1 EXIGÊNCIA DE AMOSTRA.
Não será exigida amostra.

5.2 SUBCONTRATAÇÃO
5.2.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual

5.3 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO
5.3.1 Não haverá exigência da garantia contratual.

5.4 VISITA TÉCNICA
5.4.1 Não será exigida

5.5 SUSTENTABILIDADE
A CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto, no que couber, conforme disposto na Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010 e Decreto no 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República.
A CONTRATADA deverá assegurar a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental específicos, inclusive:
a) menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
b) preferências para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

c) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
d) maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
e) maior vida útil e menor custo de manutenção de bens;
f) uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
g) origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens e serviços;
h) adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados;
i) administrar situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente;
j) conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços;
k) disponibilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), quando aplicável, para a execução das atividades de modo confortável, seguro e de acordo com as condições climáticas, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho;
l) orientar sobre o cumprimento, por parte dos funcionários, das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários;
m) respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
A exigência visa atender aos dispositivos normativos, acima enumerados, bem como demais normativos acerca dos critérios de sustentabilidade socioambiental, de forma a estabelecer que a licitante promova ações ambientais por meio de treinamento de seus colaboradores, pela conscientização de todos os envolvidos na prestação dos serviços, visando o cumprimento das ações estabelecidas neste Termo de Referência, que se estenderão na gestão contratual, refletindo na responsabilidade da Administração no desempenho do papel de consumidor potencial e na responsabilidade ambiental e socioambiental entre as partes.

5.6 ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA
O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

6.1. CONDIÇÕES DE ENTREGA OU EXECUÇÃO

6.1.1. Os serviços serão solicitados pela Administração de acordo com a demanda, mediante emissão de Ordem de Fornecimento ou Ordem de Serviço, observando-se os prazos, locais e condições abaixo descritos.

6.1.2. Prazo para Entrega do serviço, após o recebimento da Ordem de Serviço será conforme determinado no quadro abaixo:

Item	Descrição	Prazo para entrega / Dias
1	Rampa de acessibilidade	45
2	Muro de arrimo	75
3	Cobertura em telha de aço/alumínio.	90
4	Cobertura em telha termo acústica	90
5	Calçada em concreto moldado in loco. ESPESSURA 6cm.	45
6	Guia (meio-fio) e Sarjeta	45
7	Tapa buraco em concreto moldado in loco. ESPESSURA 10cm.	45

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

8	Mão de obra para tapa buraco em concreto betuminoso. ESPESSURA DE 5cm.	45
9	Calçamento em concreto betuminoso usinado a frio. ESPESSURA DE 5cm.	45

6.1.3. A entrega ou execução deverá ocorrer durante o horário de expediente da Administração, sob acompanhamento do fiscal designado, nos endereços ou locais indicados no ato da solicitação.

Parágrafo único. O local de entrega ou execução poderá ser alterado pela Administração, mediante comunicação expressa ao contratado, devendo constar na respectiva ordem o novo endereço e o nome do responsável pelo recebimento.

6.2. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.2.1. As execuções serão consideradas concluídas somente após a verificação da conformidade com as especificações técnicas, quantitativas e qualitativas estabelecidas neste TR e na proposta da contratada.

6.2.2. Os bens ou serviços que apresentarem vícios, defeitos, não conformidades ou divergências deverão ser substituídos ou refeitos pela contratada, sem ônus adicional à Administração.

6.2.3. A Administração reserva-se o direito de rejeitar parcial ou totalmente o objeto entregue/executado que não atenda às exigências contratuais, aplicando, se for o caso, as penalidades cabíveis.

6.3. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

6.3.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidores designados pela autoridade competente, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, compreendendo as funções de fiscal técnico, fiscal administrativo e gestor do contrato.

6.3.2. A designação formal dos fiscais e gestores será feita por ato publicado no Diário Oficial do Município, conforme §1º do art. 6º do Decreto Municipal nº 3.812/2023.

6.3.3. O fiscal técnico acompanhará a execução física, verificando o atendimento das especificações, quantidades, prazos e padrões de qualidade exigidos, devendo registrar em histórico próprio todas as ocorrências e não conformidades.

6.3.4. O fiscal administrativo verificará a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, e proporá medidas corretivas em caso de descumprimento contratual.

6.3.5. O gestor do contrato coordenará o processo de acompanhamento, consolidando relatórios dos fiscais e encaminhando à autoridade competente os casos que ultrapassarem sua competência, além de elaborar o relatório final de desempenho e cumprimento contratual.

6.4. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

6.4.1. O recebimento do objeto observará o disposto nos arts. 140 a 142 da Lei nº 14.133/2021, devendo ocorrer em duas etapas:

6.4.1.1 Provisoriamente, mediante termo circunstanciado/recibo, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita ao fornecedor, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações;

6.4.1.2. Definitivamente, até 30 (trinta) dias corridos contados do recebimento provisório,

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais. Atenção: esse prazo não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

6.4.2. Os serviços contratados serão executados de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, em estrita conformidade com as especificações e ordens de serviço emitidas pelas Secretarias demandantes.

6.4.3 A execução iniciará após a emissão da Ordem de Serviço (OS) expedida pelo Fiscal do Contrato.

6.5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

6.5.1. As medições dos serviços executados serão realizadas por etapas concluídas, conforme ordem de serviço, considerando apenas as quantidades efetivamente executadas e aprovadas pela Fiscalização.

6.5.2. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada quanto à garantia, solidez, segurança, desempenho ou correção de falhas detectadas posteriormente.

6.6. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

6.6.1. Após o recebimento definitivo e o atesto pela fiscalização, o pagamento será realizado conforme cronograma e prazos previstos no contrato, observando-se o art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.6.2. O prazo máximo para liquidação da despesa será de 10 (dez) dias úteis após a entrega da Nota Fiscal ou documento equivalente, devidamente atestado pelo fiscal e acompanhado das comprovações de regularidade fiscal.

6.6.3 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da finalização da liquidação da despesa.

6.6.3. Constatadas irregularidades, o prazo de pagamento será suspenso até a regularização da situação pela contratada, reiniciando-se a contagem após o saneamento.

7. MODELO DE GESTÃO DA ARP:

7.1. Os fiscais e os gestores da ARP serão designados pela autoridade máxima da Administração, dentre os servidores efetivos ou empregados públicos, para o desempenho das funções essenciais de gestão e fiscalização da execução contratual, observados os demais requisitos no art. 5º da Lei 14.133/2021.

7.1.1. A designação da equipe de fiscalização ao ARP será realizada por ato formal da Administração e integrará o processo da contratação, devendo ser devidamente publicada no Diário Oficial do Município.

7.2.O ARP deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da ARP, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.4. As comunicações entre a ADMINISTRAÇÃO e a FORNECEDORA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.5. A ADMINISTRAÇÃO poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

7.6. A execução da ARP deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is), ou pelos seus respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

7.7. O fiscal técnico da ARP acompanhará a sua execução, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no ARP, de modo a assegurar os melhores resultados para a CONTRATANTE.

7.5.1. O fiscal técnico da ARP anotará no histórico de gerenciamento da ARP todas as ocorrências relacionadas à execução do ARP, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §1º)

7.5.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico da ARP emitirá notificações para a correção da execução do ARP, determinando prazo para a correção.

7.5.3. O fiscal técnico da ARP informará ao gestor do ARP, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso, que possam inviabilizar a execução da ARP nas datas aprazadas, o fiscal técnico da ARP comunicará o fato imediatamente ao gestor do ARP.

7.5.4. O fiscal técnico da ARP deverá comunicar ao gestor do ARP, em tempo hábil, o término da ARP sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

7.6. O fiscal administrativo da ARP verificará a manutenção das condições de habilitação da FORNECEDORA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.6.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo da ARP atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor da ARP para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

7.6.2. O gestor da ARP coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da ARP contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do ARP, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações da ARP para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.6.3. O gestor da ARP acompanhará a manutenção das condições de habilitação da FORNECEDORA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.6.4. O gestor da ARP acompanhará os registros realizados pelos fiscais do ARP, de todas as ocorrências relacionadas à execução da ARP e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.6.5. O gestor da ARP emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela FORNECEDORA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e;

7.6.6. Aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.6.7. O gestor da ARP tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.6.8. O fiscal administrativo da ARP comunicará ao gestor do ARP, em tempo hábil, o término da ARP sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

7.7. O gestor da ARP deverá elaborará relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

1.1.

8. ESTIMATIVA DO VALOR

8.1. Os itens da contratação de compra do presente Termo estão relacionados abaixo:

Item	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total
1	Rampa de acessibilidade		1000	539,46	539.460,00	539.460,00
	RAMPA DE ACESSIBILIDADE EM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, EM CALÇADA PRÉ EXISTENTE COM LARGURA MENOR À 3,00 M, FCK 25MPA, COM PISO PODOTÁTIL. AF_03/2024	m²	2160	199,80	249,75	539.460,00
2	Muro de arrimo		3900	911,0493	3.553.092,28	3.553.092,28
	MURO DE ARRIMO COM BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL, ATÉ 1,6 M DE ALTURA (EXCETO FUNDAÇÃO). AF_11/2024	m²	3900	381,91	477,38	1.861.782,00
	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA VIGA BALDRAME OU SAPATA CORRIDA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÔRMAS). AF_01/2024	m³	418,28	102,71	128,38	53.698,78
	ESTACA BROCA DE CONCRETO, DIÂMETRO DE 30CM, ESCAVAÇÃO MANUAL COM TRADO CONCHA, INTEIRAMENTE ARMADA. AF_05/2020	M	5362,5	141,34	176,67	947.392,87
	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	19851,98	12,27	15,33	304.330,85
	ARMAÇÃO DE BLOCO, SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	7157,15	10,38	12,97	92.828,23
	CONCRETAGEM DE BLOCO DE COROAMENTO OU VIGA BALDRAME, FCK 30 MPA, COM USO DE JERICA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_01/2024	m³	321,75	728,67	910,83	293.059,55
3	Cobertura em telha de aço/aluminio.		6550	151,33	991.211,50	991.211,50

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

	TRAMA DE AÇO COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, EXCLUSIVE PINTURA. AF_10/2025_PS	m²	6550	49,70	62,12	406.886,00
	TELHAMENTO COM TELHA DE AÇO/ALUMÍNIO E = 0,5 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	m²	6550	71,37	89,21	584.325,50
4	**Cobertura em telha termoacustica**		**3200**	**324,78**	**1.039.296,00**	**1.039.296,00**
	TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA E = 30 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	m²	3200	210,13	262,66	840.512,00
	TRAMA DE AÇO COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, EXCLUSIVE PINTURA. AF_10/2025_PS	m²	3200	49,70	62,12	198.784,00
5	**Calçada em concreto moldado in loco. ESPESSURA 6cm.**		**8400**	**57,2712**	**481.078,08**	**481.078,08**
	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022	m³	504	763,62	954,52	481.078,08
6	**Guia (meio-fio) e Sarjeta**		**8000**	**129,28**	**1.034.240,00**	**1.034.240,00**
	GUIA (MEIO-FIO) CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM FORMA DE MADEIRA, 15 CM BASE X 30 CM ALTURA. AF_01/2024	M	8000	71,78	89,72	717.760,00
	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO MOLDADO IN LOCO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 10 CM ALTURA. AF_01/2024	M	8000	31,65	39,56	316.480,00
7	**Tapa buraco em concreto moldado in loco. ESPESSURA 10cm.**		**8700**	**82,442**	**717.245,40**	**717.245,40**
	Execução de tapa buraco em concreto com preparo em betoneira.	m³	870	659,54	824,42	717.245,40
8	**Mão de obra para tapa buraco em concreto betuminoso. ESPESSURA DE 5cm.**		**6500**	**8,353**	**54.294,50**	**54.294,50**
	MÃO DE OBRA PARA RECOMPOSIÇÃO DE REVESTIMENTO EM PRÉ MISTURADO A FRIO PARA CALÇAMENTO (EXCLUSIVE USINAGEM).	m³	325	133,65	167,06	54.294,50

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

9	Calçamento em concreto betuminoso usinado a frio. ESPESSURA DE 5cm.		8100	8,353	67.659,30	67.659,30
	MÃO DE OBRA PARA RECOMPOSIÇÃO DE REVESTIMENTO EM PRÉ MISTURADO A FRIO PARA CALÇAMENTO (EXCLUSIVE USINAGEM).	m³	405	133,65	167,06	67.659,30
				Total sem BDI		6.782.372,13
				Total do BDI		1.695.204,93
				Total Geral		8.477.577,06

O Valor Global Estimado Após o cruzamento dos quantitativos consolidados das demandas setoriais (conforme item de estimativa de quantidades) com os preços unitários aferidos nas tabelas oficiais, o orçamento técnico sintético demonstrou os seguintes valores:

- Custo Direto Total (Sem BDI): R$ 6.782.372,13
- Valor Total do BDI (25,0%): R$ 1.695.204,93
  Valor Máximo Estimado da Contratação: R$ 8.477.577,06 *(oito milhões quatrocentos e setenta e sete mil quinhentos e setenta e sete reais e seis centavos).*

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação do objeto deste **TERMO**, correrão à conta do Programa de Trabalho do Orçamento da Prefeitura Municipal:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA (SEINFRA)	023001
CONSTRUÇÃO, AMPL. E MANUT.DE PRÉDIOS PÚBLICOS E LOCADOS	04 122 0038 1010 0000
ANUT. DAS ATIV. DA SEC. DE VIAÇÃO, OBRAS E SERV. MUNICIPAIS	04 122 0038 2008 0000
MAN. E REF. DO CEMITÉRIO E VELADORIA MUNICIPAL	04 122 0038 2079 0000
PAVIMENTAÇÃO, RECAPEAM., DREN. E OBRAS COMPLEMENTARES	15 451 0028 1012 0000
MAN. E REF. DO CEMITÉRIO E VELADORIA MUNICIPAL	15 451 0028 2079 0000
MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE LIMPEZA PUBLICA	15 452 0028 2009 0000
MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO (DEMUTRAN)	26 452 0026 2010 0000
CONSTRUÇÃO E CONS. DE ESTRADAS, PONTES E MATA BURROS	26 782 0026 1009 0000
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.3.90.39.00
OBRAS E INSTALAÇÕES	4.4.90.51.00

SEC. MUN. DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA

SEC. MUN. DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA	026501
MANUTENÇÃO DA BANDA MUNICIPAL	13 392 0032 2024 0000
MANUTENÇÃO DO BALNEARIO MUNICIPAL DO RIO APORÉ	23 695 0034 2022 0000
MANUTENÇÃO DO AEROPORTO MUNICIPAL	26 781 0028 2007 0000
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESPORTE E LAZER	27 812 0033 2020 0000
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.3.90.39.00
OBRAS E INSTALAÇÕES	4.4.90.51.00

SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUA, SANEAMENTO E SERVIÇOS PÚBLICOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUA, SANEAMENTO E SERVIÇOS PÚBLICOS	31.101
MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE LIMPEZA PÚBLICA	15.452.0025-2.009
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.3.90.39.00
OBRAS E INSTALAÇÕES	4.4.90.51.00

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	40.101
MANUT. DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	08.122.0038-2.012

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	08.122.0038-2.066
MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DA MULHER	08.122.0038-2.077
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.3.90.39.00
OBRAS E INSTALAÇÕES	4.4.90.51.00

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	40.102
MANUTENÇÃO DO BLOCO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ	08.243.0013-2.073
MANUT. DO BLOCO DE PROT. SOCIAL BÁSICA (SCFV/CRAS/PAIF) E BENEF. EVENTUAIS	08.244.0014-2.042
MANUT. DO BLOCO DE PROT. SOCIAL ESPEC. MÉDIA COMPLEXIDADE (CREAS/PAEFI)	08.244.0014-2.043
MANUTENÇÃO DO BLOCO DE GESTÃO DO SUAS (IGDSUAS)	08.244.0014-2.044
MANUT. DO BLOCO DA GESTÃO DO PBF E CAD ÚNICO – CONTROLE SOCIAL	08.244.0014-2.047
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.3.90.39.00
OBRAS E INSTALAÇÕES	4.4.90.51.00

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	60.101
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	12.361.0005-2.015
MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	12.361.0005-2.016
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL	12.365.0005-2.019
CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO	12 451 0005 1015 0000
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.3.90.39.00
OBRAS E INSTALAÇÕES	4.4.90.51.00

SECRETARIA MUN. DE TURISMO, CULT. ESP. LAZER

SEC. MUN. DE TURISMO, CULT. ESP. LAZER E MEIO AMBIENTE	65.101
MANUTENÇÃO DAS BIBLIOTECAS MUNICIPAIS	13.392.0032-2.021
MANUTENÇÃO DA SEC. DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE, LAZER E MEIO AMBIENTE	13.392.0032-2.023
MANUTENÇÃO DA BANDA MUNICIPAL	13.392.0032-2.024
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESPORTE E LAZER	27.812.0033-2.020
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.3.90.39.00
OBRAS E INSTALAÇÕES	4.4.90.51.00

FMS - Fundo Municipal De Saúde

Coordenação E Manutenção Do Fundo Municipal De Saúde	10 122 0010 2056 0000
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10 122 0010 2056 000
MANUTENÇÃO DO BLOCO DE INVESTIMENTOS	10 301 0008 1018 0000
MANUTENÇÃO DO BLOCO ASSIST. BÁSICA (PAB VAR./ACS/SB/PSF/E.R)	10 301 0008 2057 0000
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.3.90.39.00
OBRAS E INSTALAÇÕES	4.4.90.51.00

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	70.10.1
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	04.122.0035-2.030
MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E PATRIMÔNIO	04.122.0038-2.029
MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	04.122.0038-2.031
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.3.90.39.00
OBRAS E INSTALAÇÕES	4.4.90.51.00

SECRETARIA MUNICIPAL DO AGRONEGÓCIO

SECRETARIA MUNICIPAL DO AGRONEGÓCIO	02.73.00
MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO AGRONEGÓCIO	04 122 0038 2028 0000
MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO AGRONEGÓCIO	20 122 0036 2028 0000
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.3.90.39.00
OBRAS E INSTALAÇÕES	4.4.90.51.00

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

10.1. Pregão (Eletrônico ou Presencial)

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

Modalidade escolhida para aquisição de bens e serviços comuns, nos termos do art. 28, inciso II, e do Decreto Federal nº 10.024/2019 (pregão eletrônico).

Justifica-se pela possibilidade de adoção dos modos de disputa aberto, fechado ou combinado (aberto e fechado / fechado e aberto), o que assegura maior competitividade, transparência e vantajosidade econômica, conforme a natureza do objeto e o nível de complexidade da contratação.

Essa modalidade permite ampla participação de fornecedores e a simplificação procedimental, reduzindo prazos, custos administrativos e riscos de litígios, além de garantir julgamento objetivo e célere com base no critério de menor preço ou maior desconto.

A utilização do modo de disputa aberto é preferencial, com lances públicos e sucessivos, mas admite-se o modo fechado ou o modo combinado (fechado seguido de aberto, ou aberto seguido de fechado) quando a natureza técnica do objeto justificar a necessidade de sigilo inicial ou de fases sucessivas para aprimorar a competitividade e evitar conluio.

Dessa forma, a escolha do Pregão, aliado à adoção do modo de disputa adequado ao objeto e ao critério de julgamento, garante eficiência, isonomia, economicidade e publicidade, atendendo plenamente aos princípios da Lei nº 14.133/2021.

10.2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

O processo adotará o critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, conforme a natureza do objeto e os parâmetros de competitividade, garantindo isonomia, transparência e vantajosidade à Administração.

10.3. MODO DE DISPUTA:

Modo de Disputa	Descrição	Aplicação
Combinado (Aberto + Fechado)	Primeira fase com disputa aberta, seguida de propostas sigilosas entre as classificadas.	Contratações complexas com critérios técnicos e econômicos

10.3 DAS EXIGÊNCIAS

10.3.1 Habilitação jurídica

i) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

j) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

k) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

l) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

m) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

n) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

o) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

p) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.3.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista

j) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

k) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

l) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

m) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

n) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

o) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

p) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre

q) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

r) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.3.3 Qualificação Econômico-Financeira

c) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

d) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

10.3.4 Qualificação Técnica do Prestador.

NORMAS DE CAPACITAÇÃO TÉCNICO

Comprovar a experiência e a capacidade técnica da empresa e/ou do profissional responsável, mediante o registro dos serviços e atividades técnicas anteriormente executados, compatíveis com o objeto pretendido, demonstrando aptidão e qualificação para a execução dos serviços contratados. A comprovação deve ser feita por meio de:"Atestado" e/ou "Certidão" e/ou Declaração", emitido por pessoa jurídica e/ou pessoa fisica e registrado no CREA ou Conselho Profissional competente (Capacidade Técnica).

CAPACIDADE TÉCNICA – ITENS DE MAIOR RELEVÂNCIA – EXPERIÊNCIA NO (S) SERVIÇO (S) REQUERIDO (S)		
DESCRIÇÃO	QTD PRETENDIDA	QTD A SER COMPROVADA
MURO DE ARRIMO COM BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL, ATÉ 1,6 M DE ALTURA (EXCETO	3900,00 m²	1.170,00 m²

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

FUNDAÇÃO)		
EXECUÇÃO DE TAPA BURACO EM CONCRETO COM PREPARO EM BETONEIRA.	870 m³	260 m³
MÃO DE OBRA PARA RECOMPOSIÇÃO DE REVESTIMENTO EM PRÉ MISTURADO A FRIO PARA CALÇAMENTO (EXCLUSIVE USINAGEM).	325 m³	100 m³
EXECUÇÃO GUIA (MEIO-FIO), SARJETA E CALÇADA	8000 m.L	2400 m.L
EXECUÇÃO DE TELHAMENTO METÁLICO COM TELHA DE ZINCO/TERMOACUSTICA	9750 m²	2.925 m²

a) Atestado de Capacidade Técnica: Atestado de Capacidade Técnica, em nome da licitante, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado. Este documento deve comprovar que a licitante prestou serviços de natureza, quantidade e complexidade similares aos do objeto desta licitação; e/ou
b) Notas Fiscais: Cópias de notas fiscais emitidas pela licitante para outros clientes. As notas fiscais devem ser referentes a serviços similares aos do objeto desta licitação, comprovando a experiência e a capacidade de entrega da empresa.
c) Requisitos para as Notas Fiscais: as notas fiscais devem ser referentes a fornecimentos realizados nos últimos 3 anos; e
d) Comprovação de Quantidade Mínima: O atestado apresentado deverá comprovar o fornecimento de um quantitativo mínimo de 30% (trinta por cento) da quantidade total do item.

11. OBRIGAÇÕES

11.1 São obrigações do Contratante:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o este termo, contrato e seus anexos;
b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
e) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato e no Termo de Referência.
f) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
g) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
h) A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
i) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias.
j) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
k) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.2 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

a) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
b) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
c) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

d) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
e) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
f) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
g) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
h) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
i) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
j) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
k) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
l) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
m) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
n) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

12. DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA:

12.1. Por fim, registra-se que o presente TR foi elaborado pelo servidor abaixo, na qual ratifica as informações nele contidas atestando sua veracidade, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, sendo submetido à consideração e aprovação pelo Ordenador de Despesas, visando a instauração de processo licitatório.

LEVI ALVES BARBOZA JUNIOR
DIRETOR DE ACOMPANHAMENTO
E CONTROLE DE AQUISIÇÃO

LUAN SILVA DE QUEIROZ
ENGENHEIRO CIVIL
CREA/SP 5070415480

13. DA AUTORIZAÇÃO:

13.1. Aprovo o presente Termo de Referência e autorizo o encaminhamento para abertura do processo licitatório.

Cassilândia-MS, 22 de Outubro de 2026

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE
INFRAESTRUTURA

SUMARA FERREIRA LEAL
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE
TURISMO,
ESPORTE, LAZER E CULTURA.

GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL

ELIEZER GERALDI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ÁGUA,
SANEAMENTO E SERVIÇO PÚBLICO

LUCAS TENÓRIO MAIA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

JOSE CARLOS IZIDORO DE SOUZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO
AGRONEGOCIO

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

ANEXO II DO EDITAL – MODELO DE PROPOSTA

PROPOSTA DE PREÇOS	MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/2026	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 124/2026.	TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

PROPONENTE:		
CNPJ/MF Nº:		
ENDEREÇO COMPLETO:		
TELEFONE Nº:	**FAX Nº:**	**E-MAIL:**

Item	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total
1	**Rampa de acessibilidade**		**1000**			
	RAMPA DE ACESSIBILIDADE EM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, EM CALÇADA PRÉ EXISTENTE COM LARGURA MENOR À 3,00 M, FCK 25MPA, COM PISO PODOTÁTIL. AF_03/2024	m²	2.160			
2	**Muro de arrimo**		**3900**			
	MURO DE ARRIMO COM BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL, ATÉ 1,6 M DE ALTURA (EXCETO FUNDAÇÃO). AF_11/2024	m²	3900			
	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA VIGA BALDRAME OU SAPATA CORRIDA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÔRMAS). AF_01/2024	m³	418,28			
	ESTACA BROCA DE CONCRETO, DIÂMETRO DE 30CM, ESCAVAÇÃO MANUAL COM TRADO CONCHA, INTEIRAMENTE ARMADA. AF_05/2020	M	5362,5			
	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	19851,98			
	ARMAÇÃO DE BLOCO, SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	7157,15			
	CONCRETAGEM DE BLOCO DE COROAMENTO OU VIGA BALDRAME, FCK 30 MPA, COM USO DE JERICA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_01/2024	m³	321,75			
3	**Cobertura em telha de aço/aluminio.**		**6550**			

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

	TRAMA DE AÇO COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, EXCLUSIVE PINTURA. AF_10/2025_PS	m²	6550			
	TELHAMENTO COM TELHA DE AÇO/ALUMÍNIO E = 0,5 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	m²	6550			
4	**Cobertura em telha termoacustica**		**3200**			
	TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA E = 30 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	m²	3200			
	TRAMA DE AÇO COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, EXCLUSIVE PINTURA. AF_10/2025_PS	m²	3200			
5	**Calçada em concreto moldado in loco. ESPESSURA 6cm.**		**8400**			
	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022	m³	504			
6	**Guia (meio-fio) e Sarjeta**		**8000**			
	GUIA (MEIO-FIO) CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM FORMA DE MADEIRA, 15 CM BASE X 30 CM ALTURA. AF_01/2024	M	8000			
	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO MOLDADO IN LOCO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 10 CM ALTURA. AF_01/2024	M	8000			
7	**Tapa buraco em concreto moldado in loco. ESPESSURA 10cm.**		**8700**			
	Execução de tapa buraco em concreto com preparo em betoneira.	m³	870			
8	**Mão de obra para tapa buraco em concreto betuminoso. ESPESSURA DE 5cm.**		**6500**			
	MÃO DE OBRA PARA RECOMPOSIÇÃO DE REVESTIMENTO EM PRÉ MISTURADO A FRIO PARA CALÇAMENTO (EXCLUSIVE	m³	325			

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

	USINAGEM).					
9	**Calçamento em concreto betuminoso usinado a frio. ESPESSURA DE 5cm.**		**8100**	**8,353**	**67.659,30**	**67.659,30**
	MÃO DE OBRA PARA RECOMPOSIÇÃO DE REVESTIMENTO EM PRÉ MISTURADO A FRIO PARA CALÇAMENTO (EXCLUSIVE USINAGEM).	m³	405			
			Total sem BDI			
			Total do BDI			
			Total Geral			

CONDIÇÕES GERAIS:

1. **Forma de execução da Ata: forma parcelada, de acordo com a necessidade do objeto.**

2. **Prazo de Entrega: conforme edital.**

3. **Prazo para vigência contratual: 12 (doze) meses.**

4. **Local de Entrega: Os produtos deverão ser prestados/entregues no local indicado na Ordem de fornecimento.**

5. **Não será aceito produto em desacordo com as especificações constantes da presente proposta.**

Dados bancários (nº do banco, nº da agência bancária, nº da conta corrente e nome da praça de pagamento):
E-mail comercial da empresa:

Dados do Representante Legal que irá firmar a contratação ou assinar a ARP, tais como: nome completo, RG e CPF, número do telefone (preferencialmente móvel) e endereço eletrônico (e-mail).

Local e Data

Assinatura e Identificação do Responsável Legal e da Empresa

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

ANEXO III – MINUTA DA ARP.

ARP Nº 000/2026.

Pela presente **CONTRATAÇÃO PÚBLICA** que entre si fazem de um lado, o **MUNICÍPIO DE CASSILÂNDIA, Estado de Mato Grosso do Sul,** Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede administrativa na Rua Amin José, 598, centro, nesta cidade de Cassilândia-MS, inscrito no CNPJ/MF sob nº 03.342.920/0001-86, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o senhor, _____, brasileiro, _____, _____, portador do CPF nº _____, residente à Rua _____, nº ____, Bairro _____, Município de Cassilândia-MS, na qualidade de representante do Órgão Gerenciador do Sistema Registro de Preços, o Secretário de Administração, o senhor, _____, brasileiro, _____, portador da Carteira de Identidade RG Nº _____ SSP/__, e do CPF/MF nº ____, residente e domiciliada na Rua _____, n° 1058, _____, nesta cidade de Cassilândia-MS, doravante denominado **ADMINISTRAÇÃO** e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s), doravante denominada(s),**COMPROMITENTE(S) FORNECEDORE(S)**, resolve(m) firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E TERMO DE COMPROMISSO DE FORNECIMENTO DE _____**,de acordo com o resultado da licitação publicada no Diário Oficial do Município nº _____, do dia _____, pág. _____, decorrente da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRONICO Nº 062/2026,** autorizado pelo **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 124/2026** regida pela Lei Federal nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei nº 14.133/21, bem como, pelo Decreto Municipal nº 3.154/2017 e 3.158/2017 e, pelas condições do Edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa ....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº ....., com sede na ....., neste ato representada pelo Sr(a) ..... (nacionalidade, estado civil, profissão), portador(a) da Cédula de Identidade RG nº ..... e do CPF/MF nº....., residente e domiciliado(a),na ....., na cidade de .....

CLÁSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 O objeto desta licitação é a contratação de pessoas jurídica, objetivando a prestação de serviços de manutenção predial e urbana, com fornecimento de mão de obra, materiais e descarte de resíduos, incluindo o transporte e o descarte dos resíduos oriundos deste serviço em atendimento a solicitação dos órgãos desta administração, durante o período estimado de 12 (doze) meses, conforme condições, descrições e especificações técnicas contidas no Edital e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

2.1. Em decorrência da proposta apresentada e homologada no Pregão Eletrônico nº 062/2026 – Processo Administrativo nº 124/2026, ficam registrados, para eventuais contratações futuras, os preços unitários e respectivos fornecedores, identificados a seguir:

{INSERIR A TABELA DE AQUISIÇÃO}

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR GLOBAL, DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PAGAMENTO:

3.1. A quantidade total estimada é R$ xxxx (valor em extenso) para o periodo de 12 meses.

3.2. As despesas decorrentes da execução desta ARP correrão à custa da seguinte dotação orçamentária:

Inserir

3.2. Liquidação:

3.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação.

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

3.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente verificará se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: a) O prazo de validade; b) A data da emissão; c) Os dados da ARP e do órgão contratante; d) O período respectivo de execução da ARP; e) O valor a pagar; e f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

3.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

3.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, conforme art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

3.2.5. Constatando-se, a situação de irregularidade da FORNECEDORA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da ADMINISTRAÇÃO.

3.2.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a ADMINISTRAÇÃO comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da FORNECEDORA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.2.7. Persistindo a irregularidade, a ADMINISTRAÇÃO deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

3.3. Prazo de pagamento:

3.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da finalização da liquidação da despesa.

3.3.2. No caso de atraso pela ADMINISTRAÇÃO, os valores devidos a FORNECEDORA serão atualizados monetariamente entre o termo final de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, conforme dispõe o art. 162 da Lei 14.133/2021.

3.4. Forma de pagamento:

3.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pela FORNECEDORA.

3.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

3.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

3.4.4. Para fins de Imposto de Renda retido na fonte de que trata o art. 158, inciso I, da Constituição da República, o município em todas as suas contratações com pessoas jurídicas, deverá observar no art. 64 da Lei Federal nº 9.430/1996 e também a Instrução Normativa da Receita Federal

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

do Brasil n° 1.234/2012.

3.4.5. Não serão feitas retenções de CSLL, PIS/PASEP ou COFINS, apenas a retenção do Imposto de renda se for o caso.

4. DAS ATRIBUIÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR:

4.1. Considera-se órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços as Secretarias Municipais.

4.2. Compete à autoridade máxima do órgão gerenciador ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, autorizara instauração e homologar as licitações para formação dos registros de preços.

4.3. O SRP será operacionalizado mediante sistema informatizado, que deverá ser utilizado pelos órgãos e entidades para registro dos itens a serem licitados e para o gerenciamento da ARP.

4.4. Cabe ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, com as seguintes atribuições:

4.4.1. Gerenciar a ARP;

4.4.2. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais revisões dos preços registrados;

4.4.3. Deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não manifestaram interesse durante o período de divulgação da intenção para registro de preços;

4.4.4. Providenciar o registro das penalidades administrativas aplicadas previstas em ato convocatório;

4.4.5. Aplicar, garantidas a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ARP ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações; e

4.4.6. Registrar as ocorrências no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e no sistema adotado pela administração pública municipal, se houver.

4.5. A ARP será utilizada somente pelos órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal, sendo vedada a adesão da mesma para qualquer órgão ou entidade da Administração Pública de outros Estados ou Municípios.

CLÁUSULA QUINTA – DA VALIDADE DA ATA:

5.1. O prazo de vigência da ARP será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. O contrato decorrente da ARP terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, conforme as disposições do artigo 84 da Lei 14.133/2021 que dispõe sobre a prorrogação de 1 (um) ano da ARP.

5.3. O contrato decorrente da ARP terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO, LOCAL, CONDIÇÕES DE ENTREGA, E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

6.1. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

6.1.1. O prazo de entrega dos materiais/produtos é 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento de cada Ordem de Fornecimento, no endereço constante no documento.

6.1.2. Para a SMS a remessa do pedido deverá ser iniciada após o recebimento da ORDEM DE FORNECIMENTO ao longo do período de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP), em conformidade com as necessidades do órgão.

6.1.3. A "ORDEM DE FORNECIMENTO", será emitida pelo Chefe do Setor ou seu Substituto.

6.1.4. O prazo estabelecido acima poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do fornecedor, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceito pela Autoridade Competente.

6.1.5. A entrega será efetuada em razão da emissão de nota de empenho, ao longo do período de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP), em conformidade com as necessidades do órgão.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

7.1. DO RECEBIMENTO DO OBJETO: Observado o disposto no artigo 140 da Lei 14.133/2021, o recebimento do objeto desta contratação será realizado da seguinte forma:

7.1.1. **Provisoriamente,** mediante termo circunstanciado/recibo, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita ao fornecedor, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações;

7.1.2. **Definitivamente,** até 30 (trinta) dias corridos contados do recebimento provisório, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais. Atenção: esse prazo não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

7.1.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.5. O prazo para a solução, pelo Fornecedor, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do material nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da ARP.

CLÁUSULA OITAVA – DA REVISÃO DOS PREÇOS:

8.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses previstas nos Art. 124 inciso II alínea "d" da Lei 14.133/2021.

8.2. A ARP poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas nos artigos 124 á 136 da Lei 14.133/2021.

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

8.3. O preço registrado poderá ser revisto, por iniciativa da Administração, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou a pedido do fornecedor, em razão de fato superveniente que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, desde que autorizado pela autoridade competente da Administração desde que apresentadas as devidas justificativas, podendo da Administração, se julgar conveniente, optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

8.4. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

8.4.1. O fornecedor que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

8.4.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

8.5. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

8.5.1. Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;

8.5.2. Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço;

8.5.3. Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do preço original na época da apresentação das propostas;

8.5.4. Outros documentos que comprovem o direito ao reequilíbrio, como por exemplo: demonstrativo de que a alteração dos custos foi superior aos índices oficiais de inflação; histórico de preços do mercado; histórico de preços de compras anteriores da própria Administração Pública; matérias de jornais que constatem tratar-se de elevação extraordinária do preço, etc.

8.5.5. Faculta-se a juntada à proposta de preços de orçamentos de fornecedores, com a intenção de se comprovar aumento de preços em eventual solicitação de revisão.

8.5.6. Nos casos em que restem dúvidas quanto à comprovação do desequilíbrio por parte da Detentora da Ata, a Administração poderá solicitar documentação complementar, além da constante no item 8.5.

8.6. A fundamentação da concessão de reequilíbrio em favor do particular levará em conta:

8.7. A alteração de fato que torne mais onerosa a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos ao particular e a remuneração correspondente por ocasião do ajuste;

8.8. A superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda a ocorrência de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe;

8.8.1. A configuração de álea econômica extraordinária e extracontratual;

8.8.2. O cumprimento das exigências previstas no Edital da Licitação, Contrato ou ARP.

8.9. Sendo procedente o requerimento da empresa, o equilíbrio econômico financeiro será concedido a partir da data do protocolo do pedido.

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

8.9.1. A detentora da ARP deverá cumprir com a entrega de todos os produtos empenhados anteriormente a data do protocolo do pedido de realinhamento.

8.9.2. A detentora da ARP não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços.

8.10. Sem prejuízo de outras hipóteses fundamentadas, será indeferido o requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro quando a Administração constate:

8.10.1. Ausência de elevação dos encargos do particular;

8.10.2. Ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido antes do aceite da proposta;

8.10.3. Ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos da detentora da Ata;

8.10.4. Culpa da detentora da Ata pela majoração dos seus encargos, incluindo-se a desídia na previsão da ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido.

8.10.5. Na situação do item acima, a Detentora continuará obrigada a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ARP, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei, no Edital e nesta ARP.

8.11. Em qualquer hipótese os preços decorrentes de revisão não ultrapassarão os praticados no mercado, mantendo-se a relação entre o valor originalmente registrado.

8.12. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá:

8.12.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

8.12.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação, observada a classificação original.

8.12.3. Não havendo êxito nas negociações, a Administração deverá proceder à revogação da ARP, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.12.4. Os aditamentos efetuados na ata de registro de preço serão igualmente publicados no órgão oficial da Administração.

8.13. A Administração realizará periodicamente pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:

9.1. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:

9.1.1. Por razão de interesse público; ou

9.1.2. A pedido do fornecedor.

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

9.2. O registro de preços será cancelado, por iniciativa da Administração, por meio de processo administrativo específico e assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando houver razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas, ou quando o fornecedor:

9.2.1. Não cumprir as condições da ARP ou as exigências contidas em legislação pertinente;

9.2.2. Recusar-se a assinar a ARP ou a celebrar o contrato ou não retirar a respectiva Autorização de Fornecimento e/ou Nota de Empenho no prazo estabelecido pelo Departamento de Compras do Município, sem justificativa aceitável;

9.2.3. Deixar de cumprir qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório;

9.2.4. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado;

9.2.5. Incorrer em alguma das hipóteses elencadas nos artigos 155 à 163 da Lei 14.133/2021.

9.2.6. For declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Município.

9.2.7. For impedido de licitar e contratar com o Município.

9.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no subitem anterior será formalizado por despacho da autoridade competente, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e comunicado pela Coordenadoria de Licitações e Contratos ao fornecedor, juntando-se o comprovante no processo que deu origem ao registro de preços.

9.4. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovados, mediante instrumento hábil protocolado, devidamente fundamentado.

9.4.1. Na hipótese de não comprovação das razões da solicitação de cancelamento do preço registrado, caberá a aplicação das sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.5. Durante a validade da ARP, o fornecedor não poderá alegar a indisponibilidade do produto ofertado, sob pena de lhe serem aplicadas as sanções previstas neste Termo, no Edital e na Lei.

9.6. É vedada a participação do órgão em mais de uma ARP com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, conforme disposto no Art. 82, inciso VIII da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO:

10.1. Efetuar o empenho da despesa, no qual constará da dotação orçamentária específica de forma a garantir o pagamento das obrigações assumidas.

10.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

10.3. Receber provisoriamente o objeto mediante regular aferição de quantitativos, disponibilizando local, data e horário observando as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

10.4. Comunicar ao fonecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

10.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.

10.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo fornecedor com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do fornecedor, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.7. Rejeitar, no todo ou em parte os materiais entregues em desacordo com as especificações contidas nesse Termo.

10.9. Efetuar o pagamento ao fornecedor no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo, no Edital e seus anexos;

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR:

11.1. A fornecedora deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

11.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal na qual constarão as indicações referentes à: marca do fabricante, certificado de garantia, a proposta, se for o caso.

11.3. Entregar os produtos a contar do recebimento da Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento.

11.4. Substituir, no prazo de 5 (cinco) dias úteis e sem ônus para a administração, os produtos devolvidos em razão de divergências entre o produto entregue e as especificações contidas neste Termo, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.

11.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

11.6. Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, os fornecimentos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução, no prazo fixado neste Termo.

11.7. Comunicar à administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

11.8. Manter durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.9. Responsabilizarem-se por quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, bem como alimentação, transporte ou outro benefício de qualquer natureza, decorrentes da aquisição dos materiais e com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregadora.

11.10. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionados aos materiais, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

11.11. Não se valer desta contratação para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito, a serem auferidos em função dos fornecimentos realizados, em quaisquer

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

operações de desconto bancário, sem prévia autorização da ADMINISTRAÇÃO.

11.12. Executar o fornecimento, inclusive acompanhado da garantia (se for o caso), sem transferência de responsabilidade ou subcontratação, conforme art. 116 da Lei 14.133/21.

11.13. Se após o recebimento definitivo do produto for encontrado algum defeito, a FORNECEDORA substituirá o item no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento do aviso escrito enviado por fax ou e-mail ou outro meio hábil, sem ônus para a ADMINISTRAÇÃO.

11.14. Informar nome, número de telefone e e-mail do responsável, a fim de atender as solicitações da Secretaria solicitante.

11.15. Arcar com todos os encargos decorrentes da presente aquisição, especialmente os referentes a frete, taxas, seguros, encargos sociais e trabalhistas.

11.16. Dispor de meios necessários ao transporte, para a devida entrega de mercadoria no local de destino.

11.17. Comunicar imediatamente à administração qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras necessárias para recebimento de correspondência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR:

12.1. Compete ao Órgão Gerenciador:

12.1.1. Praticar todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços – SRP.

12.1.2. Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente ARP.

12.1.3. Gerenciar a ARP, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos.

12.1.4. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados.

12.1.5. Aplicar as sanções, garantida a ampla defesa e o contraditório, decorrentes de descumprimento do pactuado na ARP, ou das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

12.1.6. Realizar, periodicamente, pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade dos preços registrados.

12.1.7. Dar publicidade dos preços registrados, com indicação dos fornecedores.

12.1.8. Respeitar a ordem de classificação dos licitantes registrados na Ata, nas contratações dela decorrentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

13.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

13.1.1. Dar causa à inexecução parcial da Ata;

13.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

13.1.3. Dar causa à inexecução total da Ata;

13.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame; não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.5. Não celebrar a Ata ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

13.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução da ata;

13.1.8. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução da ata;

13.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.9.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

13.1.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

13.1.11. Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, 1º de agosto de 2013.

13.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

13.2.1. Advertência pela falta do subitem 13.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado dos items prejudicados pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 13.1.1 a 13.1.12;

13.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 13.1.2 a 13.1.7 , quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.8 a 10.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

13.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

13.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.3.4. Os danos que dela provierem para a administração pública;

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

13.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao fornecedor, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.5. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

13.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

13.11. As sanções e infrações administrativas, independente de transcrição neste Edital, seguirão as normas contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO DA ARP:

14.1. Constituirão motivos para extinção da ARP, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situ- ações previstas nos incisos I a IX do art. 137 da Lei 14.133/2021.

14.2. A extinção da ARP poderá ser:

14.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

14.2.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

14.2.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

14.3. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

respectivo processo.

14.4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar as consequências indicadas no art. 139 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021 e no Termo de Referência, anexo ao Edital.

14.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

14.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.5.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD):

15.1. O fornecedor e a Administração se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, conforme prevê a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD n° 13.709, de 14 de agosto de 2018).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS CONDUTAS DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO:

16.1. Os licitantes devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, cabendo-lhes a obrigação de afastar, reprimir e denunciar toda e qualquer prática que possa caracterizar fraude ou corrupção, em especial, dentre outras:

16.1.1. “Prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;“prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

16.1.2. “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

16.1.3. “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

16.1.4. “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir produtomente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital;

16.1.5. Atos cuja intenção seja impedir produtomente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção;

16.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

16.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, e o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO:

17.1. A ARP deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

17.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anota- das tais circunstâncias mediante simples apostila.

17.3. A execução da ARP deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

17.4. O fiscal da Ata anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

17.5. O fiscal da Ata informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

17.6. O fiscal da Ata será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com infor- mações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

17.7. O fornecedor será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto da Ata em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

17.8. O fornecedor será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução da Ata, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO:

18.1. A publicação do presente instrumento, em extrato, no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), ficará a cargo da Administração, no prazo e forma dispostos pela legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA NOVAÇÃO:

19.1. A não utilização, por qualquer das partes, dos direitos a elas assegurados nesta Ata e na Lei em geral e a não aplicação de quaisquer sanções neles previstas não importa em novação a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras sendo que todos os recursos postos à disposição da Administração serão considerados como cumulativos e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO:

20.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Município de Cassilândia, Estado de Mato Grosso do Sul, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o qual fica desde já eleito pelos Contratados como domicílio, para que neles exercitem e cumpram todos os direitos e obrigações decorrentes

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

do presente instrumento contratual. Em qualquer procedimento judicial que a Administração ou a Fornecedora, derem causa, correrão por sua conta, além do principal, todos os custos e despesas oriundas desta medida e ainda os honorários advocatícios, mesmo em caso de purgação de mora.

E por estarem as partes contratantes de pleno acordo quanto ao que ficou exarado neste instrumento, assinam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº 0000/0000.

"CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CASSILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E A EMPRESA <NOME DA EMPRESA>."

Pela presente **CONTRATAÇÃO PÚBLICA**, que entre si fazem de um lado, o que entre si fazem de um lado, o **MUNICÍPIO DE CASSILÂNDIA - ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede administrativa na Rua Amin José, 598, centro, nesta cidade de Cassilândia-MS, inscrito no CNPJ/MF sob nº 03.342.920/0001-86, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o senhor, _____, brasileiro, _____, _____, portador da Cédula de Identidade RG nº 00000-SSP-__, e inscrito no CPF sob nº _____, residente à Rua _____, nº _____, Bairro _____, Município de Cassilândia-MS, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa, **<NOME DA EMPRESA>**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 00.000.000/0000-00, estabelecida na Rua 000, n° 000, bairro, na cidade de XXX-XX, neste ato representada pelo seu proprietário, o Senhor, **XXX**, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da Cédula de Identidade RG nº 00000-SSP/00, e inscrito no CPF/MF sob o nº 000.000.000/00, residente e domiciliado à Rua 000, nº 000, bairro, na cidade de Município-XX, doravante denominada, **CONTRATADA**, celebram entre si o presente **CONTRATO**, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O objeto deste Contrato é a contratação de pessoas jurídica, objetivando a prestação de serviços de manutenção predial e urbana, com fornecimento de mão de obra, materiais e descarte de resíduos, incluindo o transporte e o descarte dos resíduos oriundos deste serviço em atendimento a solicitação dos órgãos desta administração, conforme condições, descrições e especificações técnicas contidas no Edital e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO LEGAL:

2.1. Este contrato está sendo firmado com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como de acordo com as conclusões do edital de Pregão Eletrônico nº 062/2026, Processoa Administrativo nº 124/2026, cujo inteiro teor, juntamente com Termo de Referência, integra o presente**,** aplicando-se ainda, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

3.1. O valor deste contrato é de R$ _____(_____) conforme tabela de aquisição a seguir:

{inserir tabela dos itens adquiridos}

3.2. Os recursos para assegurarem os pagamentos deste contrato são oriundos das seguintes Dotações Orçamentárias:

Inserir.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO:

4.1. Liquidação:

4.1.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação.

4.1.2. Para fins de liquidação, o setor competente verificará se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: a) O prazo de validade; b) A data da emissão; c) Os dados do contrato e do órgão

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

contratante; d) O período respectivo de execução do contrato; e) O valor a pagar; e f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

4.1.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE;

4.1.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, conforme art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

4.1.5. Constatando-se, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

4.1.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

4.1.7. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a CONTRATADA a ampla defesa.

4.2. Prazo de pagamento:

4.2.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da finalização da liquidação da despesa.

4.2.2. No caso de atraso pela contratante, os valores devidos a CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, conforme dispõe o art. 162 da Lei 14.133/2021.

4.3. Forma de pagamento:

4.3.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pela CONTRATADA.

4.3.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.3.4. Para fins de Imposto de Renda retido na fonte de que trata o art. 158, inciso I, da Constituição da República, o município em todas as suas contratações com pessoas jurídicas, deverá observar no art. 64 da Lei Federal nº 9.430/1996 e também a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n° 1.234/2012.

4.3.5. Não serão feitas retenções de CSLL, PIS/PASEP ou COFINS, apenas a retenção do Imposto de renda se for o caso.

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA, PRAZO DE ENTREGA E LOCAL:

5.1. O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme as disposições do artigo 84 da Lei 14.133/2021.

5.2. O prazo de vigência para execução do contrato poderá ser de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, sendo prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, mediante assinatura de Termo Aditivo entre as partes, mantidos os direitos, obrigações e responsabilidades contratuais, sendo que qualquer prorrogação deverá ser solicitada no prazo de vigência do contrato, com justificativa por escrito, em restrita observância dos art. 105 a 114 da Lei 14.133/2021.

5.3. A cada novo ano de vigência, o valor do contrato poderá ser objeto de reajuste, com data-base vinculada à data do orçamento estimado elaborado pela Administração, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor INPC ou no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, em conformidade com o art. 25, § 7º, e o art. 92, V e § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO:

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da CONTRATANTE especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

6.4. O fiscal do Contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.5. O fiscal do Contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

6.6. O fiscal do Contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da CONTRATANTE, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

6.7. A CONTRATADA será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

6.8. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros em razão da execução do Contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO:

7.1. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

7.1.1. Prazo para Entrega do Serviço, após o recebimento da Ordem de Serviço, será conforme determinado no quadro abaixo:

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

Item	Descrição	Prazo para entrega / Dias
1	Rampa de acessibilidade	45
2	Muro de arrimo	75
3	Cobertura em telha de aço/alumínio.	90
4	Cobertura em telha termo acústica	90
5	Calçada em concreto moldado in loco. ESPESSURA 6cm.	45
6	Guia (meio-fio) e Sarjeta	45
7	Tapa buraco em concreto moldado in loco. ESPESSURA 10cm.	45
8	Mão de obra para tapa buraco em concreto betuminoso. ESPESSURA DE 5cm.	45
9	Calçamento em concreto betuminoso usinado a frio. ESPESSURA DE 5cm.	45

7.1.2. A remessa do pedido deverá ser iniciada após o recebimento da ORDEM DE FORNECIMENTO ao longo do período de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP), em conformidade com as necessidades do órgão.

7.1.3. A "ORDEM DE FORNECIMENTO", será emitida pelo Chefe do Setor ou seu Substituto.

7.1.4. O prazo estabelecido acima poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do fornecedor, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceito pela Autoridade Competente.

7.1.5. A entrega será efetuada em razão da emissão de nota de empenho, ao longo do período de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP), em conformidade com as necessidades do órgão.

7.2. DO RECEBIMENTO DO OBJETO: Observado o disposto no artigo 140 da Lei 14.133/2021, o recebimento do objeto desta contratação será realizado da seguinte forma:

7.2.1. **Provisoriamente,** mediante termo circunstanciado/recibo, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita ao fornecedor, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações;

7.2.2. **Definitivamente,** até 30 (trinta) dias corridos contados do recebimento provisório, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais. Atenção: esse prazo não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

7.2.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.2.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.2.5. O prazo para a solução, pelo Fornecedor, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.2.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do material nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da ARP.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

8.1. Efetuar o empenho da despesa, no qual constará da dotação orçamentária específica de forma a garantir o pagamento das obrigações assumidas.

8.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

8.3. Receber provisoriamente o objeto mediante regular aferição de quantitativos, disponibilizando local, data e horário observando as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

8.4. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

8.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado.

8.6. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATANTE com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do fornecedor, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.7. Rejeitar, no todo ou em parte os materiais entregues em desacordo com as especificações contidas nesse Termo.

8.9. Efetuar o pagamento a contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

9.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal na qual constarão as indicações referentes à: marca do fabricante, certificado de garantia, a proposta, se for o caso.

9.3. Entregar os produtos a contar do recebimento da Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento.

9.4. Substituir, no prazo de 5 (cinco) dias úteis e sem ônus para a administração, os produtos devolvidos em razão de divergências entre o produto entregue e as especificações contidas neste Termo, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.

9.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

9.6. Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, os fornecimentos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução, no prazo

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

fixado neste Termo.

9.7. Comunicar à administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

9.8. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.9. Responsabilizarem-se por quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, bem como alimentação, transporte ou outro benefício de qualquer natureza, decorrentes da aquisição dos materiais e com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregadora.

9.10. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionados aos materiais, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

9.11. Não se valer desta contratação para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito, a serem auferidos em função dos fornecimentos realizados, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização da Contratante.

9.12. Executar o fornecimento, inclusive acompanhado da garantia (se for o caso), sem transferência de responsabilidade ou subcontratação, conforme art. 116 da Lei 14.133/21.

9.13. Se após o recebimento definitivo do produto for encontrado algum defeito, a CONTRATADA substituirá o item no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento do aviso escrito enviado por fax ou e-mail ou outro meio hábil, sem ônus para a CONTRATANTE.

9.14. Informar nome, número de telefone e e-mail do responsável, a fim de atender as solicitações da Secretaria solicitante.

9.15. Arcar com todos os encargos decorrentes da presente aquisição, especialmente os referentes a frete, taxas, seguros, encargos sociais e trabalhistas.

9.16. Dispor de meios necessários ao transporte, para a devida entrega de mercadoria no local de destino.

9.17. Comunicar imediatamente à administração qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras necessárias para recebimento de correspondência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

10.1. Este CONTRATO pode ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

10.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado do CONTRATO, previsto no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

11.1. Comete infração administrativa a CONTRATADA que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

11.1.1. Dar causa à inexecução parcial do Contrato;

11.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à CONTRATANTE, ao

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. Dar causa à inexecução total do Contrato;

11.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame; não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.5. Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução da ata;

11.1.8. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do CONTRATO;

11.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.9.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

11.1.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

11.1.11. Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, 1º de agosto de 2013.

11.2. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.2.1. Advertência pela falta do subitem 11.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado dos items prejudicados pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 11.1.1 a 11.1.12;

11.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7 , quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

11.3.4. Os danos que dela provierem para a administração pública;

11.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.5. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

11.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

11.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

11.11. As sanções e infrações administrativas, independente de transcrição neste Termo, seguirão as normas contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO:

12.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situ- ações previstas nos incisos I a IX do art. 137 da Lei 14.133/2021.

12.2. A extinção do contrato poderá ser:

12.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

12.2.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

12.2.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

12.3. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

12.4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar as consequências indicadas no art. 139 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021 e no Termo de Referência, anexo ao Edital.

12.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD):

13.1. A CONTRATADA e a CONTRATANTE se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, conforme prevê a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD n° 13.709, de 14 de agosto de 2018).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDUTAS DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO:

14.1. Os licitantes devem observar e fazer observar, por seus fornecedores, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, cabendo-lhes a obrigação de afastar, reprimir e denunciar toda e qualquer prática que possa caracterizar fraude ou corrupção, em especial, dentre outras:

14.1.1. "Prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;"prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

14.1.2. "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

14.1.3. "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

14.1.4. "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir produtomente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital;

14.1.5. Atos cuja intenção seja impedir produtomente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção;

14.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

14.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, e o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO:

15.1. A publicação do presente instrumento, em extrato, no Jornal Oficial do Município, ficará a cargo da CONTRATANTE, no prazo e forma dispostos pela legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA NOVAÇÃO:

16.1. A não utilização, por qualquer das partes, dos direitos a elas assegurados neste contrato e na Lei em geral e a não aplicação de quaisquer sanções neles previstas não importa em novação a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras sendo que todos os recursos postos à disposição da CONTRATANTE serão considerados como cumulativos e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO:

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Município de Cassilândia, Estado de Mato Grosso do Sul, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o qual fica desde já eleito pelos Contratados como domicílio, para que neles exercitem e cumpram todos os direitos e obrigações decorrentes do presente instrumento contratual. Em qualquer procedimento judicial que a Administração ou a Fornecedora, derem causa, correrão por sua conta, além do principal, todos os custos e despesas oriundas desta medida e ainda os honorários advocatícios, mesmo em caso de purgação de mora.

E por estarem as partes contratantes de pleno acordo quanto ao que ficou exarado neste instrumento, assinam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Ao senhor **Agente de Contratação** do Município de Cassilândia, Estado de Mato Grosso do Sul.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/2026

Pelo presente instrumento, a empresa _____, CNPJ nº _____, com sede na _____, através de seu representante legal infra-assinado, que:

01) Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

02) Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

03) Declaramos para todos os fins de direito, que conhecemos as especificações do objeto e os termos constantes neste Edital e seu (s) anexos, e que, concordamos com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possuímos todas as condições para atender e cumprir todas as exigências de fornecimento ali contidas, inclusive com relação a documentação, que está sendo apresentada para fins de habilitação.

04) Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o (a) responsável legal da empresa é o (a) Sr. (a) _____, Portador (a) do RG sob nº _____ e CPF nº _____, cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do contrato.

05) Declaramos para os devidos fins que não possuímos nenhum sócio, ligado ao Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Secretários Municipais, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, bem como também não possuímos em nosso quadro social, nenhum Servidor do Município.

06) Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

07) Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que o Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço: _____.

08) Declaramos ter ciência de que em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o Município, para a execução do objeto deste edital e em decorrência de obrigações legais e cumprimento do edital/instrumento contratual, notadamente em cumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.528/2011), da Legislação de Licitações e determinações legais emanadas dos Órgãos de Controle, terá acesso aos dados pessoais dos representantes da LICITANTE/CONTRATADA, tais como: número do CPF, RG, telefone, endereço físico e eletrônico, e todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, e poderá dar o tratamento legal aos mesmos, inclusive para atendimento de exigências dos órgãos de controle interno e externo.

09) Declaramos que não possui, em nossa cadeia produtiva, empregados executando trabalho

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

degradante ou forçado, observado o disposto nos incisos III e IV do art. 1° e no inciso III, do art. 5° da Constituição Federal.

10) Declaramos que a proposta apresentada para esta licitação foi elaborada de maneira independente. E-mail: _____. Telefone: _____.

11) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

12) Declaramos que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de apresentação da proposta, sob pena de desclassificação**.**

13) Declaramos de que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Nomeamos e constituímos o senhor (a) _____, portador (a) do CPF/MF sob nº _____, para ser o (a) responsável para acompanhar a execução da ARP/contrato, referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/2026** e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e no Contrato.

Local/Data,

Nome, cargo, e assinatura do responsável pela empresa.

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

ANEXO VI – MODELO DECLARAÇÃO TRATAMENTO DIFERENCIADO LEI 123/2006

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº ____, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr. (a.) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no edital supracitado, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006.

( ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme art. 1º do Decreto nº 8.538/2015.

Afirma ainda que quer participar da referida licitação com tratamento diferenciado, conforme previsto na Lei Complementar 123/2006 e que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Que do capital da Empresa não participa pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar;

Que o titular ou sócio da Empresa não participa com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar.

Que estará observando as disposições do § 2º do art. 4, não tendo celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, no ano-calendário de realização da licitação.

Local/Data,

Nome, cargo, carimbo do CNPJ e assinatura do responsável pela empresa.

Assinado por 9 pessoas: LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR, PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO, ELIEZER GERALDI, GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS, JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA, LUAN SILVA DE QUEIROZ , LUCAS TENÓRIO MAIA, RODRIGO BARBOSA DE FREITAS e SUMARA FERREIRA LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4 e informe o código F22C-E401-D484-4DC4

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: F22C-E401-D484-4DC4

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- LEVI ALVES BARBOSA JUNIOR (CPF 030.XXX.XXX-13) em 22/10/2026 11:36:41 GMT-04:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- PEDRO RODRIGUES VIEIRA NETO (CPF 001.XXX.XXX-75) em 22/10/2026 11:37:15 GMT-04:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ELIEZER GERALDI (CPF 465.XXX.XXX-53) em 22/10/2026 11:42:33 GMT-04:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- GLEICY KELLE PIRES DE FREITAS (CPF 995.XXX.XXX-00) em 22/10/2026 11:55:28 GMT-04:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- JOSÉ CARLOS IZIDORO DE SOUZA (CPF 735.XXX.XXX-44) em 22/10/2026 12:01:36 GMT-04:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- LUAN SILVA DE QUEIROZ (CPF 034.XXX.XXX-00) em 22/10/2026 12:41:08 GMT-04:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- LUCAS TENÓRIO MAIA (CPF 000.XXX.XXX-69) em 22/10/2026 12:52:05 GMT-04:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- RODRIGO BARBOSA DE FREITAS (CPF 826.XXX.XXX-15) em 22/10/2026 13:11:41 GMT-04:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

SUMARA FERREIRA LEAL (CPF 662.XXX.XXX-00) em 23/10/2026 08:32:42 GMT-04:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://cassilandia.1doc.com.br/verificacao/F22C-E401-D484-4DC4